



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**ARTUR GUILHERME WITTITZ**

**A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL NA LEI 12.318/2010: UMA  
DISCUSSÃO ACERCA DA NOMENCLATURA**

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2018**

**ARTUR GUILHERME WITTITZ**

**A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL NA LEI 12.318/2010: UMA  
DISCUSSÃO ACERCA DA NOMENCLATURA**

Monografia submetida à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Mestra Renata Raupp Gomes.

FLORIANÓPOLIS – SC


2018

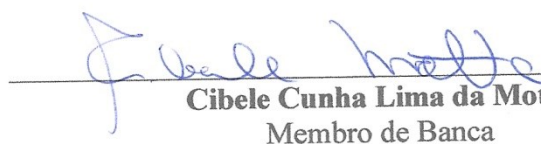
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**O Uso da Religião como Ato de Alienação Parental**”, elaborado pelo acadêmico **Artur Guilherme Wittitz**, defendido em **03/12/2018** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 8,5 (oit e meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 03 de Dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**Renata Raupp Gomes**  
Professor Orientador

  
\_\_\_\_\_  
**Cibele Cunha Lima da Motta**  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**Mikhail Vieira de Lorenzi Cancelier**  
Membro de Banca



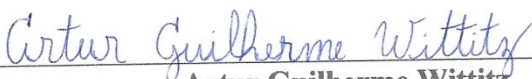
**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

**Aluno: Artur Guilherme Wittitz**  
**RG: 5.763.372**  
**CPF: 056.034.789-85**  
**Matrícula: 13101410**  
**Título do TCC: O Uso da Religião como Ato de Alienação Parental**  
**Orientadora: Renata Raupp Gomes**

Eu, **Artur Guilherme Wittitz**, acima qualificado; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 03 de Dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**Artur Guilherme Wittitz**

## RESUMO

A Síndrome de Alienação Parental é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de guarda de crianças. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Com o objetivo de sancionar genitores, avós ou terceiros que praticam condutas alienadoras em uma criança ou adolescente, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 12.318, de 26 de Agosto de 2010, a qual prevê o conceito de ato de alienação parental, que atos seriam esses e como identificá-los. Contudo, existem pesquisadores e pesquisadoras que afirmam a falta de comprovação científica do conceito criado por Gardner. Com base nessa conjuntura, estudou-se a adequação científica da Síndrome de Alienação Parental. Após levantar as razões contrárias e favoráveis a esta, concluiu-se que a SAP não possui validade científica.

**Palavras-chave:** Síndrome da Alienação Parental. Lei nº 12.318. Ato de Alienação Parental. Comprovação Científica. Validade Científica.

## **ABSTRACT**

The Parental Alienation Syndrome is a childhood disorder that arises almost exclusively in the context of child-custody disputes. It results from the combination of a parent's instructions (the one who does the "brainwashing, programming, indoctrination") and the child's own contributions to the vilification of the target parent. In order to punish parents, grandparents or third parties who practice alienating behavior on a child or teenager, the National Congress enacted the Law n° 12.318, of August 26<sup>th</sup>, 2010, which provides for the concept of parental alienation act, which acts would be these and how to identify them. However, there are researchers who claim that PAS is not scientifically proved. Based on this situation, the scientific adequacy of Gardner's concept was studied. After stating the contrary and favorable reasons for, it was concluded that PAS has no scientific validity.

**Keywords:** Parental Alienation Syndrome. Law n° 12.318. Parental Alienation Act. Scientific Adequacy. Scientific Validity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>1 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL</b>	10
1.1 CONCEITO	10
1.1.1 A Alienação Parental como Síndrome	10
1.1.2 Síndrome das Falsas Memórias	11
1.1.3 A Alienação Parental como Processo	12
1.2 SITUAÇÕES EM QUE OCORRE	13
1.2.1 Pós-divórcio	13
1.2.2 No momento do registro civil de nascimento do filho	14
1.2.3 Praticada por terceiro guardião	15
1.3 SINTOMAS	16
<b>2 A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL – LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010</b>	18
2.1 CONCEITO DE ATO DE ALIENAÇÃO PARENTAL	18
2.2 CONDUTAS IDENTIFICADAS COMO ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL	22
2.3 A PERÍCIA PSICOLÓGICA OU BIOPSISSOCIAL	23
<b>3 A CIENTIFICIDADE DA SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL</b>	25
3.1 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À ADEQUAÇÃO CIENTÍFICA DA SAP	25
3.1.1 Qualidade dos artigos científicos nacionais sobre a Síndrome de Alienação Parental	25
3.1.2 Os fundamentos utilizados para a criação da Lei nº 12.318/2010 – Projeto de Lei nº 4.053/2008	27
3.1.3 Resultados de pesquisas no campo da Síndrome da Alienação Parental e do Abuso Sexual	28
3.2 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À ADEQUAÇÃO CIENTÍFICA DA SAP	34
3.2.1 Relatos de casos e jurisprudência nacional	34
<b>CONCLUSÃO</b>	47
<b>ANEXO</b>	49
<b>REFERÊNCIAS</b>	50

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 70 ocorre um aumento sem precedentes no número de ações de guarda litigiosas. Tal cenário é resultado de dois fatores: a adoção da Doutrina do Melhor Interesse da Criança em detrimento da Doutrina dos Anos Tenros e a popularidade crescente do conceito de guarda compartilhada.

Na Doutrina dos Anos Tenros, o pressuposto era que as mães, em virtude do fato delas serem mulheres, seriam naturalmente superiores aos homens no que diz respeito ao cuidado dos filhos.

Por consequência, os pais que desejassem obter a guarda dos seus filhos deveriam trazer à corte farta evidência de séria inabilidade da guardiã antes que os julgadores sequer considerassem transferir a guarda para o genitor.

Com a substituição daquela doutrina pela do Melhor Interesse da Criança, os tribunais foram instruídos a ignorar o gênero nas disputas de guarda e a considerar somente a capacidade parental, principalmente no que tangia a aspectos relacionados aos melhores interesses da criança. Esta mudança provocou um rápido crescimento no número de ações de guarda litigiosas, pois agora os pais tinham uma melhor oportunidade para requerer a custódia de seus filhos.

Logo depois o conceito de guarda compartilhada entrou em voga, o qual apagou mais ainda aquele tempo das mães guardiãs que ficavam com os filhos. Novamente, essa mudança também trouxe um incremento no número de ações de guarda litigiosas<sup>1</sup>.

Contudo, houve mais do que um aumento do número de disputas relacionadas à guarda dos filhos.

Richard Alan Gardner, um psiquiatra norte-americano, percebeu as consequências dessa litigiosidade sobre a prole do casal: frequentemente, em ações de guarda litigiosas, as crianças demonstravam um padrão de comportamento contrário ao genitor não guardião. Em parte esse comportamento, segundo as suas descobertas, era devido a uma programação do genitor guardião, mas, de outro lado, a parte responsável era a própria criança, que inclusive poderia, dependendo do caso, contribuir com ideias próprias para o que Gardner chamou de “campanha de difamação”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Tradução livre realizada a partir do original em Inglês. O original encontra-se no seguinte site da Internet: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard99b.htm>.

<sup>2</sup>GARDNER, Richard Alan. **Definition of the Parental Alienation Syndrome**. [199-?]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard99b.htm>>. Acesso em: 21 maio 2018.



A esse comportamento característico o psiquiatra denominou de “Síndrome da Alienação Parental” – ou *Parental Alienation Syndrome*, no idioma original do termo. Conjuntamente ao seu conceito, definiu que atitudes poderiam desencadear tal síndrome.

Em que pese o contexto descrito no trecho acima ser pertinente aos Estados Unidos da América, país onde residiu o psiquiatra, a intensa litigiosidade entre ex-cônjuges não é um fato exclusivo daquela nação.

Conforme dados divulgados pelo IBGE<sup>3</sup> – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, em 2003 foram concedidos 135.564 (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro) divórcios na primeira instância do Judiciário brasileiro. Uma década depois, esse número aumentou para 247.652 (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois) divórcios concedidos.

Portanto, o nosso Poder Judiciário sentiu nesse interim a crescente demanda dos casais que desejavam se separar e, junto disso, as disputas dos ex-cônjuges – ou ex-companheiros – pelos direitos e filhos que geraram na constância da união.

Não por acaso, antes mesmo do surgimento da Lei nº 12.318/2010 já se mencionava a SAP na doutrina pátria<sup>4</sup>. Assim como nos EUA, a crescente hostilidade entre genitores estimulou o debate sobre a referida síndrome no Brasil – o que inclusive inspirou uma produtora de filmes brasileira a realizar um documentário sobre o tema<sup>5</sup>.

Todavia, existem estudos de pesquisadores e pesquisadoras, como o de Kathleen Coulborn Faller<sup>6</sup>, nos quais se afirma a falta de comprovação científica da Síndrome de Alienação Parental.

Ante o exposto, reputa-se indispensável analisar detalhadamente a teoria da SAP e a Lei nº 12.318/2010, a fim de verificar a cientificidade da nomenclatura criada por Gardner.

Assim, por meio do método dedutivo, apresentar-se-á a Síndrome da Alienação Parental (cap. 2) com seu conceito, situações comuns em que ocorre e sintomas. Em sequência (cap. 3), analisar-se-á a Lei da Alienação Parental – Lei nº 12.318/2010 – no que concerne ao conceito, formas de provocar e método de identificação da alienação parental.

---

<sup>3</sup>Vide Anexo.

<sup>4</sup>GOLDRAJCH, Danielle; MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. A alienação parental e a reconstrução dos vínculos parentais: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 08, n. 37, p.05-26, set. 2006.

<sup>5</sup>A MORTE INVENTADA. Direção de Alan Minas. Produção de Daniela Vitorino. Realização de Caraminhola Produções. Roteiro: Alan Minas. Música: Clower Curtis. [s.l.]: Caraminhola Produções, 2009. (116 min.), DVD, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RBoQQqsYfDM>>. Acesso em: 23 maio 2018.

<sup>6</sup>FALLER, Kathleen Coulborn. The Parental Alienation Syndrome: What is it and What Data Support it?. **Child Maltreatment**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.100-115, maio 1998. SAGE Publications.

Por último (cap. 4), expor-se-ão os argumentos contrários e favoráveis à cientificidade da SAP mediante bibliografia especializada.

## 1 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A teoria da Síndrome da Alienação Parental – elaborada por Richard Alan Gardner – será utilizada como a teoria de base para o desenvolvimento da hipótese aqui apresentada, isto é: a possibilidade da religião ser usada para promover a SAP.

Nesse sentido, é imperioso determo-nos em alguns aspectos, principalmente no conceito, situações em que ocorre e sintomas. Assim poderemos enquadrar corretamente a hipótese para, posteriormente, estudá-la sob um viés jurídico.

### 1.1 CONCEITO

#### 1.1.1 A Alienação Parental como Síndrome

Consoante já afirmado, a SAP foi elaborada por Gardner, um psiquiatra estadunidense. Nas suas palavras, ela foi definida originalmente da seguinte forma:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável<sup>7</sup>.

Gardner identifica três indivíduos participantes na dinâmica da síndrome: o genitor-alienador, a criança e o genitor-alienado – ou genitor-alvo. O primeiro manipula a consciência da criança para frustrar, atrapalhar ou arruinar seus laços afetivos com o terceiro<sup>8</sup>.

Tal atitude, além de ser considerada uma forma de maltrato ou abuso contra a criança, decorre geralmente do sentimento de vingança que surge após a ruptura conjugal: o fim de um relacionamento eventualmente provoca sentimentos de rejeição e abandono – os quais, se não devidamente superados, geram uma tendência vingativa muito forte da parte que se sente

<sup>7</sup>GARDNER, Richard Alan. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?**2002. Tradução para o português por Rita Rafaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 26 maio 2018.

<sup>8</sup>SARMET, Yvanna Aires Gadelha. Os filhos de Medeia e a Síndrome da Alienação Parental. **Psicologia Usp**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.482-491, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

ultrajada. Ao ver o interesse do (a) outro (a) genitor (a) em manter o seu afeto com o (a) filho (a), sua atitude será a de afastar um do outro na tentativa de punir o ex-cônjuge<sup>9</sup>.

Não obstante, e como o próprio Gardner conceituou, nem sempre a antipatia da criança é um sinal da SAP. Caso o genitor praticou algum abuso contra a criança, ou agiu de forma negligente com ela, há uma justificativa para a aversão dela.

Nessa situação, o próprio psiquiatra define que não há um quadro de Síndrome da Alienação Parental, mas de Alienação Parental. Ele realiza esta distinção em razão que a segunda possui muitas causas – negligência, abuso (físico, emocional ou sexual), abandono e entre outras condutas alienantes –, enquanto a primeira possui uma causa bastante específica: uma programação realizada por um genitor alienador somada com as ideias da própria criança alienada. Logo, para Gardner, a SAP seria uma espécie de Alienação Parental<sup>10</sup>.

### 1.1.2 Síndrome das Falsas Memórias

Importante mencionar a Síndrome das Falsas Memórias, porquanto viável de ocorrer conjuntamente à SAP.

Nesta enfermidade, o evento que a pessoa relata é inverídico, mas ela reage como se fosse verídico, haja vista que suas lembranças foram “trabalhadas” para pensar que o fato falso ocorreu.

Qualquer tipo de fato pode ser implantado na memória de alguém; entretanto, é comum genitores-alienadores utilizarem-se de manipulações mnêmicas para programar o (a) filho (a) a odiar o (a) outro (a) genitor (a). Por consequência, mesmo que o evento nunca tenha acontecido – por exemplo, um abuso físico –, a criança não só pensará que vivenciou aquilo como repudiará o (a) genitor (a) que “praticou” o abuso, contribuindo assim para a campanha de desmoralização deste<sup>11</sup>.

Sem embargo, sua ocorrência concorrente não pode ser interpretada como se ambas as síndromes fossem sinônimas. Enquanto a Síndrome das Falsas Memórias constitui um distúrbio da memória, a Síndrome da Alienação Parental consiste num distúrbio do afeto.

<sup>9</sup>VELLY, Ana Maria Frota. A síndrome de alienação parental: uma visão jurídica e psicológica. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.12, n. 62, p. 23 e 25, nov. 2010.

<sup>10</sup>GARDNER, Richard Alan. **THE PARENTAL ALIENATION SYNDROME AND "PARENTAL ALIENATION"**. [199-?]. Tradução livre realizada a partir do original em inglês. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard99j.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

<sup>11</sup>VELLY, Ana Maria Frota. A síndrome de alienação parental: uma visão jurídica e psicológica. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.12, n. 62, p. 27-28, nov. 2010.

Ademais, o objetivo da primeira é alterar as funções mnêmicas de alguém, ao passo que o propósito da segunda é destruir os laços afetivos da criança com o seu (sua) genitor (a) não guardião – e este intuito pode ser eventualmente alcançado por meio da implantação de falsas memórias<sup>12</sup>.

### 1.1.3 A Alienação Parental como Processo

Baseando-se na teoria de Gardner, Douglas Darnall – um psicólogo norte-americano – focou os seus estudos na relação entre os genitores e elaborou outro conceito – no entanto, sem atribuí-lo um caráter clínico.

Consoante sua definição, a Alienação Parental “é qualquer conjunto de atitudes, conscientes ou inconscientes, que possam produzir uma perturbação na relação entre uma criança e o genitor-alvo”<sup>13</sup>.

Deste modo, é evidente que há diferenças entre as concepções de Gardner e de Darnall.

A primeira resume-se à essência: a SAP foca-se no comportamento da criança – sintomas e as possíveis causas –, enquanto a AP de Darnall concentra-se no comportamento dos pais. Para o psicólogo, esta distinção se justifica pelo fato de que é possível os pais alienarem os seus filhos sem gerar um quadro de Síndrome da Alienação Parental<sup>14</sup>.

A segunda baseia-se na importância da participação da criança para o quadro de alienação: para diagnosticar a SAP, Gardner enfatizava que a criança precisava ser um participante ativo, junto ao genitor-alienador, na campanha de desmoralização do genitor-alvo. Se ela conseguisse ignorar as contínuas tentativas de um genitor em denegrir o outro, logo, por definição, não haveria como ocorrer a SAP<sup>15</sup>.

Por outra via, para Darnall, a alienação parental pode ocorrer antes que o ódio de um progenitor misture-se às convicções da criança sobre o outro progenitor, dado que o seu conceito de AP salienta o comportamento dos pais, como já mencionado<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup>*Ibidem.*

<sup>13</sup>DARNALL, Douglas. PARENTAL ALIENATION: NOT IN THE BEST INTEREST OF THE CHILDREN. **North Dakota Law Review**, Grand Forks (North Dakota), v. 75, n. 2, p.323-364, 1999. Trimestral. Tradução livre realizada a partir do original em inglês. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/darnal99.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

<sup>14</sup>*Ibidem.*

<sup>15</sup>*Ibidem.*

<sup>16</sup>*Ibidem.*

A terceira consiste na posição atribuída aos progenitores. Na SAP, as personagens-tipo são fixas: há um genitor-alienador e um genitor-alienado e tais papéis não são passíveis de inversão. Não obstante, para Darnall, isto é viável na Alienação Parental.

O psicólogo explica que os papéis de alienador e alienado podem não só alternarem-se entre os pais, como também é possível que ambos pratiquem AP um contra o outro ao mesmo tempo. Estas nuances surgem, segundo ele, quando o progenitor-alvo reage defensivamente às investidas do alienador e, em troca, retalia com comportamento alienante. Por consequência, os papéis ficam confusos, misturam-se. E não é por acaso: a AP não é um resultado, como a SAP, mas um processo<sup>17</sup>.

Dessa maneira, isto significa que os papéis de alienador e alienado não são estanques na dinâmica da AP. Se esta é “qualquer conjunto de atitudes, conscientes ou inconscientes, que possam produzir uma perturbação na relação entre uma criança e o genitor-alvo”, o que importa, portanto, não é o resultado dessas atitudes e quem produziu o mesmo, mas elas mesmas e quem as tomaram. Em termos mais simples: não se leva em conta quem foi alienado e quem alienou, mas quem está praticando atos de alienação.

## 1.2 SITUAÇÕES EM QUE OCORRE

### 1.2.1 Pós-divórcio

É no contexto do pós-divórcio que se verificará por excelência a SAP, dado que o fim do relacionamento será o gatilho para evocar questões acerca da guarda dos filhos<sup>18</sup>. E, conforme anteposto, a SAP “aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças”.

Cabe aqui somente mencionar as possíveis causas que impulsionam um progenitor a alienar o outro da vida do filho (a). E, nessa seara, podemos citar vários<sup>19</sup>.

Muitas vezes há um inconformismo do ex-cônjuge com a separação; em outras, a alienação respalda-se na insatisfação do parente alienador, quer com as condições econômicas advindas do divórcio, quer com as razões que impeliram ao fim do matrimônio – especialmente se foi devido a um adultério. Na hipótese de adultério, a alienação ocorre mais

---

<sup>17</sup>*Ibidem*

<sup>18</sup>GONÇALVES, Antonio Baptista. Síndrome da alienação parental. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.15, n.80, p. 128, nov. 2013.

<sup>19</sup>FONSECA, Priscila M.P. Corrêa da. Síndrome de alienação parental. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v.8,n.40, p. 08-09, mar. 2007.

frequentemente quando o ex-consorte continua o seu relacionamento com o parceiro do caso extramatrimonial.

Às vezes, a posse exclusiva sobre os filhos é uma faceta do desejo do alienador de não os ver convivendo com aqueles que vierem a se relacionar com o ex-cônjuge – independentemente de terem sido responsáveis ou não pelo fim do casamento.

Em outras, essa posse exclusiva funda-se em causas de natureza diversa: a solidão que o ex-cônjuge sente – principalmente quando não tem familiares próximos; a falta de confiança que o (a) titular da guarda mantém relativamente ao ex-cônjuge para cuidar dos filhos. Todavia, há situações em que a causa é um desejo do alienador de obter somente para si o amor da criança. O ódio que este sente quanto ao alienado ou o fato daquele julgar que o outro não é digno do amor da criança também são causas para a alienação.

A depressão da qual sofra o genitor alienante também é destacada como possível explicação da alienação parental.

Até diferentes estilos de vida podem se tornar uma causa da alienação parental. Nesta circunstância, isto ocorre graças ao receio do alienante de que o filho (a) prefira o modo de viver do alienado.

Em alguns quadros, o motivo é econômico. O alienador visa lograr ganhos financeiros ou ainda diferentes benefícios similares – infelizmente à custa do afastamento da prole.

Por fim, quando a alienação é fomentada especialmente pelo pai, verifica-se geralmente um dos três fundamentos a seguir: ora é um desejo de vingança pela separação – ou pelas razões que a motivaram (adultério, por exemplo); ora é uma necessidade de manter o controle sobre a família; em certos casos, ainda, é para simplesmente evitar o pagamento de pensão alimentícia.

### **1.2.2 No momento do registro civil de nascimento do filho**

Como o vínculo de parentesco em primeiro grau é consanguíneo, após o nascimento do filho, este precisa ser registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. A Lei de Registros Públicos - Lei nº 6.105, de 31 de Dezembro de 1973 – prescreve no seu artigo 52 que os pais possuem o dever de declarar o nascimento da criança, podendo fazê-lo

isoladamente ou em conjunto. Logo, deverão constar os nomes de ambos neste importantíssimo documento<sup>20</sup>.

Ademais, considera-se o direito ao nome como *intuitu personae*, pois o mesmo faz parte da personalidade do ser humano, sujeito de direito. Neste sentido, o Código Civil de 2002 prevê no art. 16 que “*toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome*”.

Portanto, privar a criança da sua certidão de nascimento traduz-se para o mundo jurídico como a inexistência civil dela. Por consequência, ela não possuirá nenhuma relação jurídica de parentesco com os seus próprios pais ou com qualquer outra pessoa que assuma a sua criação<sup>21</sup>.

Sem embargo, é costumeira a omissão do nome paterno nas certidões de nascimento. Quando isso acontece, frequentemente a pessoa declarante – normalmente a mãe – não tem um laço de conjugalidade com o pai da criança. As explicações para a prática desta irregularidade amparam-se, entre outras razões, no abandono e na falta de ajuda material do companheiro/genitor do filho (a)<sup>22</sup>.

O ato de deixar de noticiar o nascimento do filho (a) ao genitor não guardião ou, mesmo, de obstar o perfilhamento da paternidade, através de meios ilegais, resulta no desconhecimento do mesmo a respeito de seu ou sua descendente. Mas o mais importante é a consequência jurídica: significa também que ele não detém o Poder Familiar sobre aquela criança. Assim caracteriza-se esta forma de manifestação da SAP: afastar o pai biológico do registro de nascimento da criança<sup>23</sup>.

### 1.2.3 Praticada por terceiro guardião

Não obstante, a SAP não se detecta exclusivamente no exercício do Poder Familiar. O Código Civil de 2002 prevê no seu art. 1.584, §5º, a possibilidade de a guarda ser exercida por outras pessoas além dos pais da criança.

Consequentemente, terceiros guardiões podem se envolver na problemática e impedir a convivência do genitor alienado com o seu filho (a). Neste contexto, geralmente vemos familiares próximos – como tios e avós – os quais, munidos de sentimentos negativos contra

---

<sup>20</sup>GOLDRAJCH, Danielle; MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. A alienação parental e a reconstrução dos vínculos parentais: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 08, n. 37, p. 19, set. 2006.

<sup>21</sup>*Ibidem*.

<sup>22</sup>*Ibidem*, p. 20.

<sup>23</sup>*Ibidem*.



um ou ambos os pais de seu tutelado, planejam subterfúgios desonestos para afastar o (s) genitor (es) da vida do menor<sup>24</sup>.

É possível também que a SAP manifeste-se na vida de filhos institucionalizados – isto é, menores que moram em abrigos, sob a guarda do dirigente da instituição e de sua equipe técnica.

Nesta situação, o alienador insinua acusações falsas de violência contra o alienado e, sob o argumento de defender o filho (a), abriga este numa instituição para menores. Em seguida, o alienador deixa de fornecer à equipe técnica do abrigo o paradeiro do progenitor alienado ou de seus parentes.

Por conseguinte, com base nestas falsas acusações, o guardião-dirigente e demais técnicos, os quais integram a equipe do estabelecimento, negam as tentativas de contato do genitor alienado e limitam as visitas ao máximo, em virtude do que foi informado pelo alienador<sup>25</sup>.

### 1.3 SINTOMAS

Richard Gardner estabeleceu oito sintomas – manifestados pela criança/adolescente alienado – como critérios básicos para o diagnóstico da síndrome. São eles<sup>26</sup>:

- 1) A presença de uma campanha de difamação;
- 2) Racionalizações fracas, frívolas ou absurdas para a reprovação;
- 3) Falta de ambivalência afetiva em relação aos pais – o parente alienador é o lado certo e o parente alienado é o lado errado<sup>27</sup>;
- 4) O fenômeno do “pensador independente”, no qual a criança ou adolescente afirma que seu repúdio ao genitor alienado é uma atitude livre, sem influências do outro genitor<sup>28</sup>;

<sup>24</sup>*Ibidem*, p. 20-21.

<sup>25</sup>*Ibidem*, pg. 21.

<sup>26</sup>GARDNER, Richard Alan. Differentiating between parental alienation syndrome and bona fide abuse-neglect. **The American Journal Of Family Therapy**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.97-107, abr. 1999. Tradução livre realizada a partir do original em inglês. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr99.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

<sup>27</sup>MOLD, Cristian Fetter. O uso da religião como forma de fomentar a alienação parental. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, v.17, n. 402, p. 43, out. 2013.

<sup>28</sup>FERMANN, Ilana Luiz. **Avaliações Psicológicas e Decisões Judiciais em Processos de Alienação Parental**. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Cap. 1. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/7834>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

- 5) Defesa do genitor com quem a criança/adolescente aliou-se, seja qual for a situação<sup>29</sup>;
- 6) Ausência de culpa quanto ao repúdio dirigido contra o genitor alienado;
- 7) Presença nas narrativas da criança/adolescente de eventos que não foram vividos ou que não poderia se recordar<sup>30</sup>;
- 8) Extensão da animosidade para amigos e/ou para a família extensa do genitor alienado.

---

<sup>29</sup>*Ibidem.*

<sup>30</sup>*Ibidem.*

## 2 A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL – LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Após um breve estudo sobre o que é a Síndrome da Alienação Parental, cabe agora examinar a legislação pertinente ao fato. Não só porque esta patologia far-se-ia muito presente nas ações de família onde há disputas pela guarda de menores, mas também há que ser investigado qual concepção de alienação parental o legislador escolheu: a de Gardner ou a de Darnall.

Deste modo, neste capítulo, dedicar-se-á especialmente a verificar qual é o conceito previsto para identificar o distúrbio, quais são as condutas identificadas como atos de alienação parental e qual é o instrumento ou meio apto a diagnosticar a existência do transtorno.

### 2.1 CONCEITO DE ATO DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Logo no início da lei, no seu artigo 1º, esclarece-se que ela “dispõe sobre a *alienação parental*”. Esta simples advertência possui um significado muito importante: o legislador estava informado acerca dos conceitos de Gardner e de Darnall e, logo, fez uma escolha. Considerando a ausência do termo “síndrome” na redação legal<sup>31</sup> e o fato de que a SAP não é reconhecida unanimemente pela comunidade científica<sup>32</sup>, deduz-se seguramente que tal escolha foi pela concepção de Darnall – a da alienação como um processo.

Em seguida, no artigo 2º, introduz-se o conceito de **ato de alienação parental**:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este<sup>33</sup>.

Esta definição é muito elogiada pela doutrina especializada, pois evidencia o cuidado do legislador quanto ao fato da alienação parental não ser restrita somente à figura do pai e da

---

<sup>31</sup>WAQUIM, Bruna Barbieri. Alienação parental: entre o direito e a psicologia. **Revista dos Tribunais (São Paulo)**, São Paulo, SP, v.103, n. 939, p. 67, jan. 2014.

<sup>32</sup>PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pg. 341.

<sup>33</sup>BRASIL, Lei nº 12.318, promulgada em 26 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm)>. Acesso em 26 de junho de 2018.

mãe em situações de litígio pela guarda da prole<sup>34</sup>. Desta maneira, além dos genitores, também poderão ser identificados como alienadores os avós, tutores, o responsável por programa de acolhimento institucional e qualquer outra pessoa que tenha a criança sob sua responsabilidade<sup>35</sup>. Neste sentido, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina decidiu no Agravo de Instrumento nº 4016456-55.2016.8.24.0000:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE ACATOU O PEDIDO, DETERMINANDO QUE A GUARDA PROVISÓRIA SEJA EXERCIDA PELA PROGENITORA. ESTUDO SOCIAL QUE APONTA A PRÁTICA DE ALIENAÇÃO PARENTAL POR PARTE DA AVÓ. ELEMENTOS ADEMAIS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A GENITORA POSSUI CAPACIDADE DE EXERCER A GUARDA DO INFANTE. CONTRADITÓRIO E CONJUNTO PROBATÓRIO APTOS A FUNDAMENTAR A DECISÃO AGRAVADA. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ALIENAÇÃO PARENTAL CONFIGURADA EM JUÍZO DE COGNIÇÃO SUMÁRIA QUE JUSTIFICA O DEFERIMENTO DA MEDIDA. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE NO PRIMEIRO GRAU. PARTE REPRESENTADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. POSSIBILIDADE, NESTE MOMENTO PROCESSUAL, DE DEFERIMENTO APENAS PARA ISENTAR DO RECOLHIMENTO DO PREPARO RECURSAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4016456-55.2016.8.24.0000, de Criciúma, rel. Des. André Carvalho, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 01-06-2017).

Por outro lado, o polo passivo ficou limitado somente ao genitor, em que pese a possibilidade de qualquer outro integrante da família ser alienado – por exemplo, avós, tios, irmãos, padrasto ou madrastra. A importância das relações socioafetivas está sendo cada vez mais reconhecida pela doutrina e jurisprudência, de sorte que elas devem ser ponderadas no momento da caracterização da alienação parental<sup>36</sup>. A título de exemplo, tem-se a seguinte ementa da Apelação nº 0001907-41.2009.8.24.0037 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DIREITO DE FAMÍLIA E ECA - REVOGAÇÃO DE VISITAS - AVÓS PATERNOS - CONDUTAS DESABONADORAS - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - ATRITOS ENTRE AS FAMÍLIAS MATERNA E PATERNA - PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - VISITAS MANTIDAS 1 O direito da criança e do

<sup>34</sup>WAQUIM, Bruna Barbieri. Alienação parental: entre o direito e a psicologia. **Revista dos Tribunais (São Paulo)**, São Paulo, SP, v.103, n. 939, p. 71, jan. 2014.

<sup>35</sup>PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pg. 344.

<sup>36</sup>*Ibidem*.

adolescente à convivência familiar está expressamente consagrado pela Lei n. 8.069/1990, e não se limita ao convívio com os genitores, devendo ser interpretado de forma a abranger os demais parentes, como avós e colaterais, para garantir ao infante ambiente que lhe assegure o desenvolvimento integral. 2 Deve ser indeferido o pedido de revogação de visitas se não comprovados os comportamentos desabonadores narrados na peça inicial, em especial quando constatado que eventual resistência da criança às visitas se deve à constante alienação 'parental' promovida pelos familiares que detém a guarda da infante. (TJSC, Apelação n. 0001907-41.2009.8.24.0037, de Joaçaba, rel. Des. Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 18-07-2016).

Nesse sentido, a Lei nº 12.010/2010 aperfeiçoou a sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar ao priorizar os vínculos naturais (*caput* do art. 25 do ECA), mas convocando também a família *extensa* ou *ampliada*, a qual se entende por “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (parágrafo único do art. 25 do ECA). Esses conceitos devem ser analisados visando o “princípio do melhor interesse da criança”<sup>37</sup>. Nesse contexto, tem-se o seguinte Agravo de Instrumento nº 4001042-46.2018.8.24.0000 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cuja ementa é:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA CONCEDER GUARDA PROVISÓRIA DA PROLE AO GENITOR. IRRESIGNAÇÃO DA MÃE. PRETENSÃO DE REESTABELECIMENTO DA CONDIÇÃO DE GUARDIÃ. ELEMENTOS QUE DEMONSTRAM ALTA INSTABILIDADE EMOCIONAL DA GENITORA E SUSPEITA DE ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO PARA PREJUDICAR CONTATO ENTRE PAI E FILHO. ART. 300 DO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL. REQUISITOS PRESENTES. DECISÃO QUE ATENDE AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. MANUTENÇÃO DO COMANDO JUDICIAL. RECURSO DESPROVIDO. "As ações judiciais que envolvem menores devem ser decididas com base no melhor interesse da criança ou do adolescente, de modo que as decisões devem ser limitadas à solução que resguarda seus direitos de modo mais eficaz" (TJSC, Apelação Cível n. 2012.063351-4, de São José, rel. Des. Gilberto Gomes de Oliveira, Segunda Câmara de Direito Civil, j. em 2-5-2013). "O interesse do menor prepondera em todas as ações de guarda, motivo pelo qual é desaconselhável a mudança abrupta e constante de tal encargo, sobretudo quando nada indica a insalubridade do atual lar familiar, tampouco a alienação parental. Situação que deverá ser mantida, ao menos até a realização de estudo social no processo" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2014.058425-5, de Herval D'Oeste, rel. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Terceira Câmara de Direito Civil, j. em 18-11-2014). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4001042-

---

<sup>37</sup>*Ibidem*.

46.2018.8.24.0000, de Biguaçu, rel. Des. Fernando Carioni, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 17-07-2018).

Como resultado, a preferência pela família extensa deverá ser a regra quando a família natural não demonstrar compromisso e responsabilidade com a criança ou jovem, pois aquela providenciará o cuidado, carinho e atenção que esta não pode ofertar <sup>38</sup>. Como exemplo, segue abaixo a ementa da Apelação Cível nº 2014.007587-3 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. GENITORA QUE, AO APRESENTAR O FILHO AO GENITOR PRESO, TENTA LHE ENTREGAR SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. PRISÃO EM FLAGRANTE. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DA CRIANÇA. PROVA QUE DEMONSTRA QUE, COM EXCEÇÃO DO LAMENTÁVEL EPISÓDIO, A MÃE VINHA ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO INFANTE. ROMPIMENTO DO VÍNCULO ENTRE PAIS E FILHO DESPROPORCIONAL. SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR A FIM DE POSSIBILITAR O RESTABELECIMENTO DESSE VÍNCULO, CUJA CONVENIÊNCIA DEVERÁ SER ATESTADA EM FUTUROS ESTUDOS SOCIAIS. GUARDA DA AVÓ PATERNA. PREFERÊNCIA DA CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EM SUA FAMÍLIA EXTENSA. ESTUDO SOCIAL QUE REVELA QUE A AVÓ REÚNE AS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA GUARDA. PRINCÍPIO DO SUPERIOR INTERESSE DA CRIANÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2014.007587-3, de Tubarão, rel. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 18-03-2014).

À vista disso, e conforme sugestão de Cristian Fetter Mold em artigo:

Andaria melhor o legislador ao dizer que a alienação parental pode ser praticada por qualquer membro da família paterna ou materna (natural, extensa ou substituta) contra qualquer outro membro da família paterna ou materna (natural, extensa ou substituta), sejam eles unidos à criança ou adolescente por laços consanguíneos, afins ou socioafetivos, podendo ainda o alienador utilizar-se de pessoa interposta, funcionários da casa, amigos, professores, companheiros (as), namorados (as), entre outros<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup>*Ibidem*.

<sup>39</sup>MOLD, Cristian Fetter. O uso da religião como forma de fomentar a alienação parental. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, v.17, n. 402, p. 42, out. 2013.

## 2.2 CONDUTAS IDENTIFICADAS COMO ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Devido às inúmeras manifestações possíveis<sup>40</sup> e à difícil identificação dos atos de alienação parental<sup>41</sup>, o legislador estabeleceu um rol exemplificativo de condutas no parágrafo único do art. 2º da Lei 12.318/2010. São elas:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Todavia, o mesmo parágrafo ressalta que essas formas indicadas não excluem outras que sejam identificadas pelo juiz ou mediante perícia, praticadas com ou sem o auxílio de terceiros. Nessa perspectiva, traz-se à tona a ementa da Apelação Cível nº 70059936294 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

APELAÇÃO. GUARDA. REVERSÃO PARA A MÃE. ADEQUAÇÃO. Caso no qual restaram bem provados os atos de alienação parental praticados pelo pai, com a colocação de todo o tipo de óbice à visitação materna, e inclusive com ofensas de cunho racial. Restou bem provado, por igual, que a genitora tem condições de exercer a guarda do filho. Na hipótese, a reversão da guarda em prol da genitora é a solução mais adequada ao contexto do caso. NEGARAM PROVIMENTO. (Apelação Cível Nº 70059936294, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 26/06/2014).

Interessante destacar o viés educativo do rol exemplificativo do art. 2º, porquanto este não apenas viabiliza o reconhecimento jurídico da conduta da alienação parental, mas também sinaliza claramente à sociedade que a mesma merece reprimenda estatal<sup>42</sup>.

<sup>40</sup>FERREIRA, Cristiana Sanchez Gomes. A síndrome da alienação parental (SAP) sob a perspectiva dos regimes de guarda de menores. **Revista Jurídica**: doutrina, legislação, jurisprudência, Porto Alegre, RS, v.60, n.417, p. 22, jul. 2012.

<sup>41</sup>PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: Direito de Família. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pg. 343.

## 2.3 A PERÍCIA PSICOLÓGICA OU BIOPSISSOCIAL

A perícia psicológica ou biopsicossocial, prevista no art. 5º da Lei 12.318/2010, será determinada pelo juiz quando houver indício da prática de ato de alienação parental. Todavia, a sua necessidade não é absoluta: “casos de evidente ato abusivo de alienação parental já permitem imediata intervenção judicial, como, por exemplo, o deliberado desrespeito à sentença que regulamente convivência”<sup>43</sup>.

Para a realização desta perícia, o §2º do art. 5º prescreve que o juiz deverá convocar um (a) profissional habilitado (a) ou uma equipe multiprofissional habilitada, exigindo, em qualquer caso, experiência comprovada para diagnosticar atos de alienação parental. Um bom exemplo prático desta hipótese é o Agravo de Instrumento nº 70058752627 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja ementa é:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL. ESTUDO SOCIAL E PSICOLÓGICO. INDICAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO. NÃO CABIMENTO, POR NÃO SE TRATAR, TECNICAMENTE, DE PERÍCIA, NO CASO. O "estudo social e psicológico" determinado pelo juízo de origem não se configura exatamente como a "perícia" a que se refere o art. 5º da Lei 12.318/2010. Tanto que foi solicitada sua realização às municipalidades onde residem os litigantes, sem que tenha havido a específica designação de peritos da confiança do juízo, com a formação exigida no § 2º do art. 5º da Lei em foco. Por isso, no caso específico, não se justifica a designação de assistente técnico. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70058752627, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 05/06/2014).

Diante disso, é importante destacar que a atuação do profissional especializado, de confiança do juiz e de área que foge do conhecimento desse, por interpretação lógica, trata-se de perícia, sujeitando, assim, a atuação desses profissionais às regras acerca da perícia trazidas no CPC, sob pena de nulidade<sup>44</sup>.

Conforme preceitua o §1º do art. 5º, o laudo pericial conterá entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como

<sup>42</sup>BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4053, de 07 de outubro de 2008. Dispõe sobre a alienação parental. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=411011>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>43</sup>PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pg. 345.

<sup>44</sup>*Ibidem*, pg. 346.



a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor. O §3º estipula um prazo de 90 (noventa) dias para que o laudo seja apresentado, prorrogável exclusivamente mediante autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

### 3 A CIENTIFICIDADE DA SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Feita a breve exposição teórica da SAP e comentados os artigos pertinentes da Lei nº 12.318/2010, resta apresentar os vários argumentos que atacam ou defendem, direta ou indiretamente, a hipótese em estudo.

Para fins didáticos, expor-se-ão primeiramente as razões contrárias à adequação científica da Síndrome de Alienação Parental.

#### 3.1 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À ADEQUAÇÃO CIENTÍFICA DA SAP

##### 3.1.1 Qualidade dos artigos científicos nacionais sobre a Síndrome de Alienação Parental

Por ser um tema relevante às áreas do Direito e da Psicologia, há uma ampla disponibilidade de artigos científicos nacionais acerca do mesmo. Entretanto, a qualidade desses estudos pode ser seriamente questionada quando minuciosamente analisados.

No artigo “Publicações Psicojurídicas sobre Alienação Parental: uma Revisão Integrativa de Literatura em Português”<sup>45</sup>, os (as) autores (as) elencam alguns problemas interessantes encontrados nesses estudos, como: a ausência de um “estudo de coorte e/ou randomizado que comprove ou justifique a existência” de consequências negativas para as crianças que sofram da SAP; a “falta de cientificidade e até mesmo de procedimentos éticos para a formulação e disseminação” de informações acerca da SAP; e a falta de uma metodologia nos estudos sobre SAP – incluindo os de Gardner – que seja acurada e fidedigna, apta a “corroborar a validade de seus pressupostos e postulações”<sup>46</sup>.

Não obstante, o foco do artigo e seu argumento mais importante é a revisão integrativa que os autores realizaram da literatura científica nacional acerca do tema. Em que pese o trabalho dos (as) pesquisadores (as) para conseguirem a maior quantidade possível de escritos, dos 816 resultados obtidos, somente 29 foram selecionados. Desses 29 artigos analisados, 23 estavam em periódicos de baixo estrato do sistema Qualis-Capes – nível B4 a C. Este dado demonstra que há uma falta de seriedade científica na elaboração e divulgação de informações relativamente a SAP no Brasil<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup>MENDES, Josimar Antônio de Alcântara et al. PUBLICAÇÕES PSICOJURÍDICAS SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA EM PORTUGUÊS. *Psicologia em Estudo*, [s.l.], v. 21, n. 1, p.161-174, 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Maringá.

<sup>46</sup>*Ibidem*, págs. 162 e 164.

<sup>47</sup>*Ibidem*, pg. 166-168.

Outro dado observado foi o número de artigos que concordavam com as ideias de Gardner e suas características. Dentre os 29 selecionados, 25 artigos corroboravam com elas. Os estudos são, com a exceção de um só, todos teóricos – ou seja, sem base empírica para as suas afirmações – e 60% deles são do estrato C do Qualis-Capes. Estes dados sugerem que a maioria dos artigos que concordam com os pressupostos da SAP não possui a qualidade científica para fazê-lo<sup>48</sup>.

Finalmente, também é significativo destacar a área de conhecimento predominante desses estudos. Dos 29 artigos, 23 pertenciam à área do Direito. Apesar da SAP ser descrita como um fenômeno capaz de causar grandes impactos na psique de crianças e adolescentes, somente 5 estudos provinham da Psicologia. Tal informação aponta para um fato preocupante da nossa realidade: “a judicialização de um fenômeno que é psicossociocultural-relacional”<sup>49</sup>.

Outra publicação relevante a ser mencionada é o estudo “A Alienação Parental no Brasil: uma Revisão das Publicações Científicas”<sup>50</sup>. Assim como na publicação anteriormente citada, realizou-se aqui uma revisão de artigos científicos nacionais cujo tema era a SAP. O diferencial desta revisão consiste na descrição pormenorizada dos artigos selecionados e na indicação detalhada de falhas que eles eventualmente possam. Sinteticamente, os autores e autoras apontam nos textos: a falta de distinção entre os termos Síndrome da Alienação Parental e Alienação Parental; a patologização da Alienação Parental – isto é, considerar que a SAP é uma consequência do processo de Alienação Parental; confusão no definir termos como Alienação Parental e Implantação de Falsas Memórias; e uso de um construto (SAP) sem questionar a sua validade teórica, dada a recusa do mesmo pela comunidade científica<sup>51</sup>.

Nas suas conclusões, os autores e autoras destacam o fato que dois terços dos artigos selecionados consistem de textos dissertativos, os quais priorizam as funções emotiva e conativa da linguagem à referencial, que seria a ideal na publicação científica. Além disto, defende-se que o levantamento evidenciou a baixa produção de pesquisas na área – somente quatro estudos empíricos foram encontrados – e a análise de conteúdo demonstrou “inconsistência e falta de consenso sobre as temáticas”. Por fim, declaram que as publicações analisadas desconsideram “a possibilidade real da ocorrência e a dinâmica do abuso sexual, fenômeno fartamente estudado pela psicologia”<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup>*Ibidem*, pg. 169.

<sup>49</sup>*Ibidem*.

<sup>50</sup>SOMA, Sheila Maria Prado et al. A ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL: UMA REVISÃO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS. *Psicologia em Estudo*, [s.l.], v. 21, n. 3, p.377-388, 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Maringá.

<sup>51</sup>*Ibidem*, pgs. 381-385.

<sup>52</sup>*Ibidem*, pg. 385.

A relevância dessas duas revisões não é insignificante, pois o fato de seu discurso ser direcionado contra a SAP nos revela informações importantes que colocam em xeque a teoria de Gardner. Isto posto, torna-se infrutífera a discussão da hipótese em comento, uma vez que ela está alicerçada na teoria da Síndrome da Alienação Parental.

### **3.1.2 Os fundamentos utilizados para a criação da Lei nº 12.318/2010 – Projeto de Lei nº 4.053/2008**

Embora o Projeto de Lei que originou a Lei da Alienação Parental – PL nº 4.053/2008 – mencione na sua justificativa concepções ligadas ao ramo da psicologia, a temática, efetivamente, parece não ter sido motivo de investigação minuciosa por aqueles que defenderam a promulgação da lei.

Ao citar aspectos emocionais e psicológicos encontrados em crianças que seriam vítimas da alienação parental, o projeto de lei desconsidera estudos recentes sobre crianças e jovens em famílias após o divórcio. Essas publicações mostram a variedade de respostas no modo como crianças e adolescentes experimentam a separação dos pais e para a possibilidade da guarda unilateral favorecer o aprofundamento de vínculos entre a prole e o guardião, o que geraria, em último caso, o afastamento daquele genitor que não obteve a guarda. Por obra de conflitos entre os pais e da designação de guarda única, os filhos podem ter o contato com o genitor não guardião reduzido a visitas esporádicas, o que provoca, às vezes, a quebra parcial ou total da relação desse pai com a criança<sup>53</sup>.

Artigos também evidenciam que o divórcio pode ser vivido como um momento de grande turbulência na família, conduzindo adultos e crianças a se focarem nas relações parentais. Nesses quadros, uma forte aliança pode estabelecer-se entre a (o) guardiã (ão) e os descendentes, o que fomentaria a rejeição e a recusa de visitas destes em relação ao não guardião (ã). De mais a mais, outras pesquisas apontam, ainda, que diferentes fatores como idade, sexo, desenvolvimento cognitivo, bem como os laços afetivos que crianças possuem com os pais, podem influenciar suas experiências e sentimentos quanto ao divórcio de seus responsáveis<sup>54</sup>.

Encontra-se também no Projeto de Lei supracitado a afirmação de que este foi embasado em um livro sobre a SAP editado por uma associação brasileira de pais separados,

---

<sup>53</sup>SOUSA, Analícia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 272, 2011.

<sup>54</sup>*Ibidem*, págs. 272-273.

bem como “de informações e textos traduzidos, disponíveis no *site* desta e de outras associações, e, ainda, de sugestões de membros participantes das mesmas”<sup>55</sup>. Todavia, não há qualquer menção às questões e polêmicas existentes na literatura internacional relativamente ao tema em consideração. Por força disso, o PL difunde erroneamente a ideia de verdade incontestável acerca da SAP.

Já previsto desde o seu PL, o artigo 6º da Lei 12.318/2010 – ao prescrever sanções aos alienadores que assim forem identificados – gera por vezes a sensação de que a criança acaba sendo preterida, posto que a atenção parece voltada para a punição que será imputada para o genitor alienador. Entretanto, não se podem ignorar as situações nas quais exista uma forte ligação entre a prole com um dos pais, uma vez que a decisão de inverter a guarda, ou de proibir esse pai ou mãe de visitar o (a) filho (a) no espaço de tempo definido pelo juiz, ou até de lhe remover o poder familiar, é capaz de causar intensos sofrimentos para os infantes. “A lista de medidas que podem ser adotadas parece sugerir que, agora, o Estado é quem possui o direito de alienar um dos pais da vida da criança”<sup>56</sup>.

Por fim, no que respeita à atividade de profissionais psicólogos, a redação do art. 5º, §1º, da Lei 12.318/2010 confunde a prática destes com a de advogados e até mesmo com a de investigadores, distanciando-se das diretrizes produzidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Nesse sentido, é estranha a atitude do legislador ao dispor que a perícia psicológica ampare-se em exame de documento dos autos, pois tal prescrição entra em conflito com a Resolução nº 007/2003 do CFP. “Questiona-se, assim, se, na avaliação psicológica, o profissional deveria basear-se em informações e dados coletados e interpretados por outras áreas de conhecimento em contextos que, por vezes, o psicólogo desconhece”<sup>57</sup>.

Portanto, como suposta prática fomentadora de alienação parental, afirmar que a religião é uma conduta abrangida pela Lei 12.318/2010 revela-se uma atitude precipitada, visto que tal lei foi elaborada de maneira, no mínimo, questionável.

### **3.1.3 Resultados de pesquisas no campo da Síndrome da Alienação Parental e do Abuso Sexual**

De forma geral, Gardner não forneceu nenhum resultado de pesquisa para fundamentar suas afirmações acerca das características e dinâmicas da Síndrome da Alienação Parental –

---

<sup>55</sup>*Ibidem*, pg. 273.

<sup>56</sup>*Ibidem*, pg. 276.

<sup>57</sup>*Ibidem*, pg. 275- 276.

como a de que a SAP está presente em 90% das disputas de guarda. Ao contrário, ele afirmou estar convencido de que um determinado achado é um fenômeno generalizado<sup>58</sup>.

Apesar disso, existe um conjunto importante de pesquisas a serem apreciadas perante a teoria da SAP. Nesse sentido, Kathleen Faller indica em seu artigo vários estudos de sua própria autoria e de outros profissionais a respeito de falsas alegações de abuso sexual no contexto do divórcio. Ademais, destaca a estranha ausência dos mesmos no livro de Gardner – *The Parental Alienation Syndrome* –, ainda que a maioria desses artigos preceda a publicação deste<sup>59</sup>.

Neste assunto específico – isto é, as falsas acusações de abuso sexual –, Gardner afirmava que a frequência das denúncias infundadas é bastante alta quando a SAP está presente em disputas de guarda. Como já citado, ele também afirmava que a síndrome verifica-se em 90% desses litígios.

No sentido contrário, Faller indica os estudos de Thoennes e Tjaden e de Thoennes, Pearson e Tjaden, nos quais os pesquisadores puderam examinar 9000 casos judiciais que envolviam algum litígio quanto à guarda ou ao direito de visitas. Desses 9000 casos, somente 1,9% (169 casos) envolviam alegações de violação sexual. Por consequência, a despeito da pesquisa não ter como foco a presença da SAP, este ínfimo número definitivamente solapa o argumento de Gardner de uma presença generalizada de falsas imputações de violação sexual como parte da SAP<sup>60</sup>.

Outra declaração infundada de Gardner é a de que a maioria das alegações de abuso sexual feitas em divórcios litigiosos é falsa. Faller aponta que o estudo de Benedek e Schetky aproxima-se dessa afirmação, mas a amostra de análise, além de pequena – somente 18 casos –, contém quatro casos que não apresentavam disputas de guarda relacionadas ao divórcio. Não bastasse isso, a autora declara ter descoberto declarações de Benedek em casos judiciais nos quais esta afirmou que, por frequentemente servir como testemunha perita e não desejar apoiar reais criminosos, sempre revisa os autos antes de concordar em ser perita e também sempre recusa o caso se acredita que a denúncia é verdadeira<sup>61</sup>. Logo, esses resultados não são válidos para representar a proporção de alegações verdadeiras e falsas feitas no contexto do divórcio.

---

<sup>58</sup>FALLER, Kathleen Coulborn. The Parental Alienation Syndrome: What is it and What Data Support it?. **Child Maltreatment**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.106, maio 1998. SAGE Publications. Tradução livre realizada a partir do original em inglês.

<sup>59</sup>*Ibidem*, págs. 106, 114-115.

<sup>60</sup>*Ibidem*, pág. 107.

<sup>61</sup>*Ibidem*.

Em contrapartida, a mesma autora destaca duas pesquisas com grandes amostras de estudo – a de Thoennes e Tjaden e a de Faller e DeVoe – que demonstraram o impacto da definição “falsa alegação” nos resultados. Na primeira pesquisa a veracidade das alegações foi definida mediante a existência de uso de serviços de proteção à criança e/ou a opinião de um perito nomeado pelo tribunal. De outra forma, na segunda pesquisa a veracidade das denúncias foi estabelecida mediante uma investigação realizada por uma equipe multidisciplinar. Os resultados foram: para o primeiro estudo, um terço dos casos foi considerado improvável, metade provável e o restante incerto. Já para o segundo estudo os resultados foram: 72,6% dos casos foram considerados prováveis, 20% deles improváveis e o restante – 7,4% - incerto <sup>62</sup>.

Faller explica que os resultados discrepantes são resultados dos métodos escolhidos para confirmar a autenticidade das acusações. Como argumentos, ela defende: a maior possibilidade de estudos aprofundados por parte das equipes multidisciplinares quando comparado a conselheiros tutelares – uma vez que estes possuem uma alta carga de trabalho – ou a peritos indicados por tribunais – uma vez que estes podem estar olhando numa gama de problemas ao mesmo tempo; a vantagem inerente à decisão coletiva da equipe multidisciplinar *versus* a decisão una de um conselheiro tutelar ou um perito – “duas cabeças pensam melhor que uma” – e a maior experiência dessas equipes em comparação aos conselheiros tutelares, os quais possuem alta taxa de rotatividade, e aos peritos, cujas habilidades talvez estejam mais focadas para decisões acerca da guarda e visitação dos filhos ao invés de abuso sexual<sup>63</sup>. Portanto, a maior taxa de casos prováveis encontrados pelo estudo de Faller e DeVoe possivelmente é mais precisa do que a encontrada por Thoennes e Tjaden. Isto posto, conclui-se que as afirmações de Gardner no sentido de que a grande maioria dessas acusações são falsas são ainda menos congruentes com os resultados da literatura especializada no assunto<sup>64</sup>.

Quanto à afirmação “no que diz respeito às falsas alegações no divórcio, 90% delas são feitas por mães contra pais”: Faller cita o estudo de Benedek e Schetky, no qual as pesquisadoras afirmam justamente esta porcentagem. Mas, como já mencionado anteriormente e a própria autora reitera, a amostra desse estudo foi muito pequena; consequentemente, nenhuma conclusão científica pode ser feita a partir dos seus resultados<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup>*Ibidem*.

<sup>63</sup>*Ibidem*.

<sup>64</sup>*Ibidem*.

<sup>65</sup>*Ibidem*, págs. 107-108.

De outro lado, Thoennes e Tjaden descobriram que 67% das 169 alegações em seu estudo foram feitas por mães e 28% por pais. Também constataram que menos da metade dos casos eram denúncias de mães contra pais. E quando se analisou a proporção de relatos de mães julgados improváveis, os pesquisadores encontraram uma taxa de 33%, a mesma da amostra como um todo<sup>66</sup>.

A última asserção de Gardner no tocante às falsas denúncias de abuso sexual é a de que “as mães conscientemente fabricam alegações inverídicas ou são delirantes”. Em seu artigo, Benedek e Schetky afirmam terem diagnosticado paranóia – uma doença psiquiátrica – em adultos que elas identificaram como falsos denunciadores. Além disso, elas elencam os três motivos principais que moveriam esses adultos: um desejo de ver os seus ex-exposos (as) ou ex-companheiros (as) longe de suas vidas, vingança e “*crying wolf*”<sup>67</sup>. Todavia, na opinião de Faller, essas diferentes origens para as falsas alegações não estão integradas no estudo e a série de motivações parece-lhe mais impressionismo do que análise científica<sup>68</sup>.

Em contrapartida, Toennes e Tjaden estudaram as narrativas dos seus casos para averiguar se os profissionais ofereciam uma explicação para a etiologia das imputações inventadas. Houve informações relevantes em 58 dentre os 169 casos analisados. As pesquisadoras encontraram oito casos nos quais as acusações aparentemente foram feitas dolosamente e cinco casos nos quais a doença psicológica do (a) acusante influenciou a denúncia. Entretanto, elas não indicam quem fez as acusações nos casos citados. Já no estudo de Faller e DeVoe, dentre os 215 casos, dez deles foram reputados como imputações fictícias. Dentre estes, seis foram feitos por homens. Não obstante, quatro destes foram feitos somente por um único homem<sup>69</sup>.

Portanto, resultados de estudos com largas amostras e com método definido contradizem as asserções de Gardner de que um grande número de mães envolvidas no processo de divórcio inventam queixas, seja por vontade própria, seja em virtude de alguma doença psiquiátrica.

No que diz respeito à sexualidade infantil, Gardner afirma que declarações e comportamentos com características sexuais em crianças não são indícios de abuso sexual. Sem embargo, estudos comprovam que, se nem todas as crianças violadas sexualmente exibem um comportamento sexualizado ou um conhecimento sexual avançado, são estas

---

<sup>66</sup>*Ibidem*, pg. 108.

<sup>67</sup>Do inglês, *crying wolf* é uma expressão idiomática que significa *fazer falso alarme, pedir ajuda quando desnecessário, dizer que há um problema quando não há*. Sua origem remonta a fábula de Esopo “O Pastor Mentiroso e o Lobo”.

<sup>68</sup>*Ibidem*.

<sup>69</sup>*Ibidem*.



mesmas características que predominam em crianças violadas sexualmente. A título de exemplo, Faller cita o artigo de Waterman e Lusk, o qual analisa 11 estudos nos quais foi utilizada uma escala psicométrica destinada a indicar a presença de problemas comportamentais. Os resultados sugeriram uma maior pontuação na subescala de problemas sexuais para crianças vítimas de abuso quando comparadas às crianças que não tinham sofrido algum abuso<sup>70</sup>.

Pesquisas com bonecos anatômicos também sustentam a importância do comportamento sexualizado como característica diferenciadora de crianças abusadas sexualmente. Esses estudos são de dois tipos: aqueles que verificam a reação de crianças sem histórico de abuso aos bonecos anatômicos e aqueles que analisam as mesmas reações, porém comparando as de crianças com histórico de abuso com as que não possuem o mesmo histórico. Pois bem, estudos com crianças sem histórico de violação geralmente demonstram que os bonecos não evocam um comportamento sexual explícito por parte de crianças sexualmente ingênuas, mas servem como um estímulo para crianças sexualmente informadas. Além disto, pesquisas comparativas entre crianças com histórico de violação e crianças sem esse histórico geralmente revelam que as sexualmente abusadas tem maior probabilidade de demonstrar um comportamento sexual explícito com os bonecos anatômicos. Não obstante, não são todas as crianças abusadas que fazem isso e, em alguns estudos, um pequeno número sem diagnóstico de violação sexual exibiu um comportamento sexual com os bonecos<sup>71</sup>.

De mais a mais, alguns pesquisadores e clínicos que trabalham no campo do abuso sexual desenvolveram ou estudaram estratégias para decidir se uma criança foi violada. Alguns desses trabalhos são fundamentados em dados. Faller cita um artigo no qual ela revisou onze desses trabalhos, observando as semelhanças e distinções entre os critérios que os escritores apresentam para a tomada de decisão. De grande relevância aqui é que todos os onze incluíam a descrição da criança do abuso sexual como um indicador positivo do abuso sexual. Além disto, oito incluíam detalhes sobre o abuso; oito incluíam conhecimento sexual avançado para a idade; e cinco incluíam comportamento sexualizado, conforme relatado por outros, como marcadores de violação sexual<sup>72</sup>.

Em vista disso, pode-se dizer que a afirmação anterior de Gardner é claramente contraditória com os trabalhos realizados sobre o abuso sexual.

---

<sup>70</sup>*Ibidem*, pg. 109.

<sup>71</sup>*Ibidem*.

<sup>72</sup>*Ibidem*.

Seguindo na série de afirmações de Gardner, deparamo-nos com a de que os programas de prevenção de abuso sexual e a presença de material sexual na mídia podem resultar em falsas alegações de abuso. Para tanto, ele especula que o impacto dos programas de prevenção produz fantasias de tocar partes íntimas e, por conseguinte, queixas de destinatários desses programas de que adultos estão fazendo isso a eles<sup>73</sup>. Sem embargo, Faller aponta que avaliações dos programas de prevenção ao abuso sexual não demonstram que estes seriam uma fonte de falsas denúncias de violações<sup>74</sup>.

Gardner está certo ao dizer que há mais material sexual na mídia do que havia no passado; também existem atualmente mais tipos de mídia – televisão, filmes e internet, por exemplo. E de fato, crianças podem aprender sobre sexo a partir dessas fontes, assim como da observação de atos sexuais, da comunicação com outras crianças e de programas de educação sexual<sup>75</sup>. É um bom exemplo disso o fato de crianças sem histórico de violação sexual poderem demonstrar comportamento sexualizado com bonecos anatômicos. Nesse sentido, Faller refere-se a uma pesquisa na qual participaram 223 crianças de dois a cinco anos de idade. Desse total de participantes, 6% (seis por cento) deles manifestaram comportamentos de intercurso sexual entre os bonecos. E ao investigarem como essa minoria aprendeu sobre o ato sexual, os pesquisadores avaliaram que as crianças haviam sido expostas ao sexo, mas não abusadas<sup>76</sup>.

Faller comenta ainda que a maioria das diretrizes para abuso sexual aconselha aos profissionais explorar por outras fontes de conhecimento e comportamento sexual além do possível abuso. Se encontradas, deve-se verificar qualquer relação entre a fonte descoberta e a alegação de abuso. Porém, ela ressalta que não existem dados para fundamentar a conclusão de que crianças com conhecimento sexual usarão essa informação para fabricar uma falsa imputação de violação sexual<sup>77</sup>.

A última declaração a ser analisada não é a menos surpreendente de todas. Gardner acredita que todos nós possuímos uma natureza pedófila, inclusive os profissionais que trabalham no campo do abuso sexual, e que nós obtemos prazer sexual toda vez que pensamos nos atos sexuais envolvidos em uma denúncia. Faller, entretanto, defende no seu artigo que a

---

<sup>73</sup>*Ibidem*, pg. 110.

<sup>74</sup>*Ibidem*.

<sup>75</sup>*Ibidem*.

<sup>76</sup>*Ibidem*.

<sup>77</sup>*Ibidem*.

suposição hegemônica é a de que a exposição ao abuso sexual tem um efeito atenuante sobre o desejo sexual<sup>78</sup>.

A autora indica que a suposição defendida por ela é a possibilidade de que o envolvimento com o abuso sexual possa causar respostas sexuais involuntárias e inadequadas em algumas pessoas são problemas que recentemente começaram a ser pesquisados. Como exemplos, ela cita dois estudos dos autores Bays e Bays: o primeiro é uma enquete com 142 (cento e quarenta e dois) participantes de uma conferência nacional de profissionais que trabalham com maus-tratos infantis. O segundo é uma investigação com participantes de uma conferência sobre o trabalho com criminosos sexuais<sup>79</sup>.

Porém, já existem dados preliminares da primeira pesquisa. Um quarto dos entrevistados eram homens. Em média, eles tinham 40 (quarenta) anos de idade e 8 (oito) anos de trabalho na área da violência sexual. Embora, em média, esses profissionais dizem ter uma vida sexual moderadamente satisfatória, 21% (vinte e um por cento) relatam problemas sexuais que os instigariam a encaminhar um cliente para um profissional. Os pesquisadores também perguntaram sobre uma gama de possíveis efeitos do trabalho no campo do abuso sexual – por exemplo, pensamentos intrusivos sobre violência sexual. Na sua grande maioria, os participantes do estudo não mencionam alguma alteração devido ao seu trabalho. Não obstante, há uma tendência dos entrevistados relatarem aumentos de mentalização de imagens sexuais indesejadas e intrusivas; um elevado medo de estupro; uma elevada sensibilidade à violência sexual; e uma diminuição no uso de aparelhos eróticos e sexuais. As mulheres são mais propensas do os que homens a relatar que o trabalho nesse campo tem um efeito negativo na sua sexualidade<sup>80</sup>.

Destarte, os resultados até o momento não sustentam a asserção de Gardner de que a gratificação sexual está associada com a análise dos atos que compõem o caso de violência sexual.

## 3.2 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À ADEQUAÇÃO CIENTÍFICA DA SAP

### 3.2.1 Relatos de casos e jurisprudência nacional

No artigo “A Alienação Parental e a Reconstrução dos Vínculos Parentais: Uma Abordagem Interdisciplinar”, Danielle Goldrajch expõe o acompanhamento psicológico que

---

<sup>78</sup>*Ibidem.*

<sup>79</sup>*Ibidem.*

<sup>80</sup>*Ibidem*, págs. 110-111.

realizou com Mateus (nome fictício) <sup>81</sup>. O conflito familiar em que ele estava inserido começou da seguinte maneira: seus pais – Sílvia e Marcos –, após dez anos de casamento, decidiram divorciar-se. Após o divórcio, o filho continuou residindo com mãe. Contudo, em um certo momento, ela ficou doente e requereu ao pai que ficasse temporariamente com o Mateus. Após alguns meses, provavelmente quando Sílvia já tinha se recuperado da doença, Marcos não quis que Mateus voltasse a morar com sua genitora. Para isso, mudou-se de endereço junto do filho sem comunicar o fato à ex-esposa, a qual ficou três anos sem saber onde estava Mateus. Neste intervalo de três anos, Marcos declarou ao seu filho que sua mãe era incapaz de tutelá-lo. Ao entrar com uma ação de regulamentação de visitas, a criança afirmou que não gostava de sua mãe e que ela não cuidava bem dele. Disse também que não desejava ver a mãe e demonstrou reações emocionais extremas perante as tentativas de contato dela <sup>82</sup>.

Conforme a psicóloga relata, o caso foi encaminhado para a perícia psicológica após decisão judicial que concedia a visitação semanal à genitora com seu filho, pois se constatou que este continuava a resistir a entrar em contato com sua mãe. Na avaliação psicológica de Mateus e seus pais, ela diagnosticou um quadro de Síndrome de Alienação Parental, dado que ele declarou não querer ver sua mãe e não gostar dela, não obstante esta nunca ter maltratado-o e ele se lembrar de bons momentos entre os dois, antes do divórcio dos genitores. Goldrajch salienta o fato de que as expressões utilizadas por Mateus para descrever sua genitora eram semelhantes às usadas pelo seu genitor para descrever sua ex-esposa <sup>83</sup>.

Identificada a Síndrome de Alienação Parental, a psicológica decidiu iniciar o que ela descreve de uma intervenção psicológica com o objetivo de recuperar o vínculo materno-filial e tornar possível a execução da sentença. Para atingir esses objetivos, ela afirma que a metodologia adotada para a intervenção foram entrevistas individuais seguidas de entrevistas conjuntas. As entrevistas aconteceram semanalmente, durante três meses <sup>84</sup>.

Nas entrevistas individuais com Marcos, descobriu-se que ele não mantinha contato com sua própria mãe e, por conseguinte, julgava que seu filho também não necessitava do contato com Sílvia. Ele acreditava que seria “traumático” retomar o contato entre mãe e filho e que isto só prejudicaria o Mateus. Diante disso, Marcos foi informado da influência que suas atitudes tinham para que seu filho rechaçasse Sílvia e de como sua participação seria

---

<sup>81</sup>GOLDRAJCH, Danielle; MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. A alienação parental e a reconstrução dos vínculos parentais: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 08, n. 37, págs. 15-19, set. 2006.

<sup>82</sup>*Ibidem*, págs. 05-06.

<sup>83</sup>*Ibidem*, pg. 15.

<sup>84</sup>*Ibidem*, págs. 15-16.

fundamental no processo de reversão dos sentimentos hostis de Mateus em relação à sua mãe. Refletiu-se também quanto à ideia de rejeição que a criança poderia construir ao crer que foi rejeitado pela mãe, quando, verdadeiramente, o contato entre eles foi impossibilitado. De mais a mais, a psicóloga indicou para Marcos que ele não necessitava repetir sua história de hostilidade com sua própria mãe na vida de Mateus. Por fim, assinalou-se que os desentendimentos conjugais e financeiros não eram obstáculos que impediam Sílvia de ser uma boa mãe. O pai demonstrou-se inicialmente contrariado, mas concordou em ajudar no processo de reaproximação<sup>85</sup>.

Nos encontros individuais com Sílvia, descobriu-se que ela tinha um filho do seu primeiro casamento, o qual escolheu não residir com ela. Ela declarou suas dificuldades para encarregar-se dos cuidados integrais do primeiro filho. Afirmou também que não queria retomar a guarda de Mateus, mas manter com ele um contato frequente. Além disso, expôs o seu temor em ser rejeitada por este no processo de reaproximação. Por último, observou-se a atitude passiva dela ao deixar o pai não devolver o filho quando ela havia se recuperado da doença. Perante essas circunstâncias, a psicóloga conversou sobre essas dificuldades e temores de Sílvia com o fito de motivar esta a não desistir de reatar o seu vínculo maternal com o Mateus, mas também para esclarecer a mãe do seu papel na formação do processo de alienação parental e estimular sua participação no procedimento de regeneração do vínculo<sup>86</sup>.

Nos encontros individuais com a criança chegou-se à conclusão que este tinha medo de que Sílvia separasse-o do pai e, portanto, não queria mudar a situação que vivia. A psicóloga marcou um encontro com os pais para conversarem sobre tudo o que aconteceu nos últimos anos e sobre a possibilidade da mãe visitar o filho. Depois dessas entrevistas individuais, realizaram-se as entrevistas conjuntas<sup>87</sup>.

O encontro conjunto com os pais tratou do padrão de relacionamento conjugal, anterior ao divórcio, com quadros de violência, comunicação hostil e mútua depreciação presenciadas pela criança. A psicóloga apontou como essas atitudes geraram consequências para o Mateus e como era necessário refletir e buscar reverter os sentimentos dele de rejeição e medo. No mais, explicou-se que as discordâncias conjugais ou financeiras, após a separação, não deveriam contaminar o âmbito da parentalidade<sup>88</sup>.

Nos encontros conjuntos com Mateus e Marcos, foi discutido o medo que o filho declarou de a mãe o levar e não o devolver. Esclareceu-se que a mãe queria apenas visitá-lo,

---

<sup>85</sup>*Ibidem*, pg. 16.

<sup>86</sup>*Ibidem*.

<sup>87</sup>*Ibidem*, pg. 16-17.

<sup>88</sup>*Ibidem*, pg. 17.

sem pretensões de retomar a guarda de seu filho. O pai afirmou à criança para não ter medo de ser levado pela mãe, pois Sílvia não possuía condições de cuidar do filho no momento. Depois se acordou que os encontros entre mãe e filho seriam feitos sempre na presença do genitor, até que Mateus se sentisse bem para vê-la sozinho. Com isso, a criança conseguiu ficar tranquila<sup>89</sup>.

Também foi discutido o “conflito de lealdade”, sentimento de estar “traindo” um dos pais caso se relacionasse bem com a mãe. Foi conversado sobre a possibilidade de a criança ter medo de perder o amor e a proteção do pai, caso se reaproximasse de Sílvia. Foi deixado bem claro por Marcos que ele não se sentiria triste ou traído se Mateus viesse a se relacionar bem com a mãe, e que ele não perderia o seu amor e sua proteção<sup>90</sup>.

Nas primeiras reuniões conjuntas, o filho manteve-se abraçado ao pai, sentado no seu colo. A mãe ficava na porta da sala, falando de longe para o filho. Mateus fingia que não a ouvia ou respondia de forma agressiva. Consoante ela se aproximava, o filho se abrigava mais e mais no colo do genitor. Entretanto, a cada encontro, os diálogos foram aumentando e a criança passou a olhar para Sílvia quando esta falava<sup>91</sup>.

Os pais e a criança foram convidados pela psicóloga para participarem de jogos ao redor de uma mesa. Ao longo da terapia, começaram a conversar, contudo somente sobre o tema dos jogos. Em determinado momento, Mateus questionou o porquê Sílvia roubou o dinheiro deles – neste caso, o menor referiu-se a um mal entendido de caráter financeiro que aconteceu entre o casal. Explicou-se a Mateus que esse assunto era um problema particular de seus pais e que ambos deveriam resolver entre eles<sup>92</sup>.

A dinâmica de jogos foi evoluindo para momentos de conversação e sorrisos, mas, em uma das entrevistas, Mateus demonstrou seu estranhamento com o processo de reaproximação e perguntou o motivo de ele ter que conviver com a mãe e o pai não. A psicóloga observou que o filho sentia-se inseguro e desamparado, pois este percebia que a comunicação entre os genitores era precária. Assim, ela sugeriu que a comunicação entre os pais pudesse ser reatada com o objetivo de buscar o bem-estar do filho. A partir de então, o foco da terapia direcionou-se para a construção de um canal de diálogo entre Marcos e Sílvia<sup>93</sup>.

Com as novas reuniões, todos passaram a dialogar sobre vários temas, inclusive sobre a rotina de Mateus. Certo dia, Mateus gostou de um brinquedo da sala de terapia e queria

---

<sup>89</sup>*Ibidem.*

<sup>90</sup>*Ibidem.*

<sup>91</sup>*Ibidem*, págs. 17-18.

<sup>92</sup>*Ibidem*, pg. 18.

<sup>93</sup>*Ibidem.*

leva-lo para casa. Contudo, a psicóloga disse que não era possível; mas ela propôs aos pais que eles saíssem juntos com seu filho para comprar o brinquedo que o filho desejava. Todos concordaram<sup>94</sup>.

Na reunião seguinte, a mãe já estava na sala quando o filho entrou, beijou-a, sentou-se no colo dela e a abraçou. Marcos entrou depois e relatou que quando saíram pra comprar o brinquedo, eles também fizeram um lanche e conversaram bastante. Durante o passeio, Mateus pediu ao pai que convidasse a mãe para almoçar com eles em casa. A mãe compareceu ao almoço e a visitação materna foi estabelecida. Mateus contou que passou uma tarde na casa da mãe e que tinha gostado muito. Descreveu com felicidade os detalhes do encontro<sup>95</sup>.

A psicóloga aconselhou os pais para que mantivessem orientações semelhantes em suas residências e não voltassem a depreciar um ao outro, para assim evitar o retorno da alienação parental por qualquer uma das partes e das consequências negativas para o filho, que seria impossibilitado de ter um importante vínculo afetivo e uma ampla convivência familiar<sup>96</sup>.

No artigo “A Síndrome de Alienação Parental: uma Visão Jurídica e Psicológica”, a autora Ana Maria Frota Velly cita o relato de Denise Duarte, integrante da equipe do Serviço Social Judiciário do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, e alguns julgados de tribunais pátrios<sup>97</sup>.

Denise conta que Lucila – nome fictício – tinha em torno de quatro anos quando sua genitora peticionou uma ação de suspensão de visitas contra o pai. Esta ação continha atestados de médicos que declaravam que, no dia seguinte ao retorno da casa do genitor, a criança estava com os genitais irritados, o que indicava a possibilidade de abuso sexual. A mãe não imputava ao pai o abuso, mas à companheira deste, que teria tirado a pomada de assadura com uma colher, ato esse praticado de maneira e com intenções libidinosas<sup>98</sup>.

A mãe evidenciava muita raiva pela atual companheira do pai e afirmou que nunca confiou nela e que já havia pedido a este para que evitasse que esta cuidasse da criança. O genitor estava bastante engajado, mas se mostrou participativo na avaliação e disse ter total confiança na parceira. Contou que realmente passou os cuidados de higiene da filha para esta,

---

<sup>94</sup>*Ibidem*.

<sup>95</sup>*Ibidem*, pg. 19.

<sup>96</sup>*Ibidem*.

<sup>97</sup>VELLY, Ana Maria Frota. A síndrome de alienação parental: uma visão jurídica e psicológica. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.12, n. 62, págs. 28-29 e 30-36, nov. 2010.

<sup>98</sup>*Ibidem*, pg. 28.

pois acreditava que como a Lucila estava crescendo, tinha que ser cuidada por alguém do mesmo sexo<sup>99</sup>.

Ambos os pais não alegaram descontentamento da filha com as visitas à casa do pai e a creche não mencionou nenhuma mudança nas atitudes da criança após o suposto abuso<sup>100</sup>.

Em depoimento, a companheira do genitor contou que a criança já havia chegado assada no final de semana e ela apenas seguiu as orientações indicadas pela mãe<sup>101</sup>.

A criança foi entrevistada a sós pelo Serviço Social, numa sala com brinquedos. Aceitou entrar sozinha: estava tranquila, espontânea e se comunicava muito bem oralmente<sup>102</sup>.

A entrevista focou-se em suas rotinas, em casa e na creche, sendo aos poucos mencionado o assunto de suas idas à casa paterna<sup>103</sup>.

A menina narrou várias coisas agradáveis sobre o seu genitor, a companheira deste e contou quais atividades eles faziam juntos. Depois de algum tempo, disse que precisava nos contar o motivo de não poder ir mais à casa do pai: ela fez a mesma narrativa da sua genitora sobre a colher, com palavras semelhantes<sup>104</sup>.

Depois do relato, foi perguntado se ela sentiu dor e ela respondeu que não. Também foi perguntado se a colher era grande ou pequena. Todavia, ela não soube responder, pois declarou não ter visto a mesma. Por último, perguntou-se como Lucila sabia que era uma colher e a resposta dela foi: “Quando eu cheguei em casa, a minha mãe me contou o que me aconteceu”<sup>105</sup>.

Terminada a entrevista, Lucila foi questionada se queria dizer algo. Respondeu que não, pois já havia dito tudo o que a genitora combinou com ela que deveria ser falado<sup>106</sup>.

Denise termina o seu relato contando que, alguns meses depois, a profissional com quem Lucila fez o atendimento ligou e contou que a alegação era falsa, e, naquele momento, mãe e filha estavam fazendo terapia e o contato entre pai e filha fora restabelecido<sup>107</sup>.

Após esses dois relatos de casos, junta-se agora alguns julgados mencionados por Ana Maria Frota Velly<sup>108</sup>

---

<sup>99</sup>*Ibidem.*

<sup>100</sup>*Ibidem.*

<sup>101</sup>*Ibidem.*

<sup>102</sup>*Ibidem.*

<sup>103</sup>*Ibidem.*

<sup>104</sup>*Ibidem*, pg. 29.

<sup>105</sup>*Ibidem.*

<sup>106</sup>*Ibidem.*

<sup>107</sup>*Ibidem.*

<sup>108</sup>*Ibidem*, págs. 30-36.



O primeiro julgado é a Apelação nº 70016276735, cuja origem é da Comarca de São Leopoldo e que envolveu pais com conflitos muito intensos. O apelo foi parcialmente provido como pode se ver abaixo na ementa:

REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL. Evidenciada o elevadíssimo grau de beligerância existente entre os pais que não conseguem superar suas dificuldades sem envolver os filhos, bem como a existência de graves acusações perpetradas contra o genitor que se encontra afastado da prole há bastante tempo, revela-se mais adequada a realização das visitas em ambiente terapêutico. Tal forma de visitação também se recomenda por haver a possibilidade de se estar diante de quadro de síndrome da alienação parental. Apelo provido em parte. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70016276735, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 18/10/2006).

O relatório foi escrito por Maria Berenice Dias, a qual referencia a separação conturbada e as imputações da apelante contra o apelado:

Trata-se de recurso de apelação interposto por ANETE K. contra a sentença que, nos autos da ação de dissolução de união estável cumulada com alimentos e partilha de bens movida em desfavor de SÉRGIO RAFAEL S. L., julgou parcialmente procedente a ação para: a) declarar a existência da união estável; b) conceder a guarda dos filhos à virago; c) condenar o varão ao pagamento de alimentos aos filhos no valor de 2,5 salários mínimos; d) fixar as vistas do genitor aos filhos em finais de semana alternados, das 9h às 21h de sábado, e das 9h às 18h de domingo, sem a necessidade de acompanhamento de babá de confiança da genitora (fls. 1685-94).

A apelante alega que o processo de dissolução da vida em comum foi bastante conturbado e ressalta a inadimplência do varão com relação à pensão alimentícia devida aos filhos, cujo montante em atraso atualmente anda em torno de R\$ 30.000,00, fato que culminou com o decreto de prisão do devedor. Assevera que o apelado litiga de má-fé, pois, quando decretada sua prisão, ofereceu pagamento em cheque e, após, o sustou, descumprindo a decisão judicial. Aduz que o recorrido, em 1983, foi processado em Montevideo por extorsão, ameaça e danos diversos, sendo que em 1991 foi preso por contrabando pela polícia aduaneira no Porto de Montevideo. Além disso, responde a processos no Brasil de extorsão, estelionato, lesão corporal, ameaça, relatando que este último crime seria contra o advogado que patrocinava causas de cobrança, execuções, entre outras contra o apelado. Refere que a própria testemunha do apelado, Laura J. S., registrou ocorrência policial de que ele a teria ameaçado de morte. Afirma que o varão reside no exterior e esporadicamente vem ao Brasil, não tendo aqui domicílio ou residência fixa, tanto que há mais de dois anos nenhum Oficial de Justiça consegue encontrá-lo. E como os passaportes dos filhos estranhamente sumiram, teme que o genitor leve-os para fora do Brasil. Menciona estar cumprindo juntamente com a prole a medida de proteção consistente em acompanhamento psicológico em busca da melhor qualidade psicológica dos meninos e na busca de orientação para melhor educá-los.

Alega que há elementos nos autos comprovando que o genitor teria praticado atos de conotação sexual na presença dos infantes, fato que restou confirmado por laudo psicológico. Requer o provimento do apelo para que seja suspenso o direito de visitas do genitor aos filhos, readequando-se os ônus sucumbenciais. Requer, ainda, o benefício da gratuidade judiciária (fls. 1687-1710).

O apelado maneja recurso adesivo e oferece contra-razões (fls. 1715-25).

A magistrada de primeiro grau não conheceu do recurso adesivo (fl. 1726).

O Ministério Público deixa de lançar parecer por entender descabida sua intervenção nesta fase processual (fls. 1730-2).

Subiram os autos a esta Corte, tendo a Procuradoria de Justiça lançado parecer pelo conhecimento e desprovimento da inconformidade (fls. 1735-40).

Foi observado o disposto no art. 551, §2º, do CPC.

É o relatório.

A desembargadora explica em seu voto o litígio existente entre os pais. Ela ressalta o fato da mãe fazer fortes acusações contra o pai, inclusive a acusação de ameaça de morte da parte dele. A genitora envolve até a babá dos filhos para lograr o seu objetivo. Inclusive essa própria mãe já tinha dois filhos de um relacionamento anterior e já tinha tido problemas semelhantes ao descrito na apelação. É mencionado também o laudo psicológico elaborado com as crianças e fica evidente que o apelado possui condições de manter o vínculo<sup>109</sup>.

Diante de todo esse quadro, as visitas fixadas em primeira instância não preservam suficientemente os interesses das crianças, em especial em razão do grande lapso temporal decorrido sem visitação. Assim, tem-se por mais adequada a realização das visitas mediante supervisão de psicólogo ou psiquiatra em ambiente terapêutico, a serem realizadas uma vez por semana, em instituição a ser nominada pelo Juízo de 1º Grau, assim que o apelado manifestar interesse ou mediante ação da virago objetivando o cumprimento deste julgado.

Por tais fundamentos, provê-se em parte o apelo para fixar as visitas do apelado aos filhos, mediante supervisão de psicólogo ou psiquiatra, a serem realizadas em ambiente terapêutico, uma vez por semana, em instituição a ser nominada pelo Juízo de 1º grau, atendendo as peculiaridades do caso. O julgamento ora preconizado não reflete nos ônus de sucumbência.

**DES. SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES (REVISOR)** - De acordo.

**DES. RICARDO RAUPP RUSCHEL** - De acordo.

---

<sup>109</sup>*Ibidem*, pg. 31.

**DESA. MARIA BERENICE DIAS** - Presidente - Apelação Cível nº 70016276735, Comarca de São Leopoldo: "PROVERAM EM PARTE. UNÂNIME."

Julgador(a) de 1º Grau: MADGELI FRANTZ MACHADO.

No fim de seu voto, Maria Berenice afirma estar diante da SAP, pois as crianças eram usadas como uma espécie de arma para separar o pai deles, face à dissolução do casal e à mágoa que a mãe tinha com o outro genitor<sup>110</sup>.

O próximo julgado é o Agravo de Instrumento nº 70014814479, cuja origem é da Comarca de Santa Vitória do Palmar, o qual contém litígio sobre guarda e melhor interesse da criança e que foi negado:

GUARDA. SUPERIOR INTERESSE DA CRIANÇA. SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL. Havendo na postura da genitora indícios da presença da síndrome da alienação parental, o que pode comprometer a integridade psicológica da filha, atende melhor ao interesse da infante, mantê-la sob a guarda provisória da avó paterna. Negado provimento ao agravo. (segredo de justiça) (Agravo de Instrumento Nº 70014814479, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 07/06/2006).

No relatório também feito pela desembargadora Maria Berenice, foi exposto o pedido de agravo da genitora que solicitou que fosse cumulado com pedido de alteração de antecipação de tutela, dado que a guarda estava com a avó paterna. Ela reivindicou a suspensão da decisão alegando que mais uma vez a filha havia sofrido abuso sexual<sup>111</sup>:

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Gislaine S.A. em face da decisão da fl. 21, que, nos autos da ação de guarda provisória de sua filha Luíza S.W., cumulada com pedido de antecipação de tutela, determinou a alteração da guarda da menor a Thereza M.W., avó paterna da criança.

Alega que o seu direito à ampla defesa e ao contraditório foram tolhidos. Salienta que a perda da guarda de sua filha ocorreu por determinação judicial proferida com base no descumprimento de ordem judicial que jamais tomou conhecimento. Afirma que a menina sofreu, novamente, abuso sexual por parte do pai que ocorreu durante o período de visita daquela à família paterna. Requer seja deferida medida liminar, suspendendo os efeitos da decisão para que lhe seja restaurada a guarda de sua filha. Postula ainda a anulação de todos os atos processuais proferidos após a realização da audiência de conciliação em 14-2-2006 (fls. 2-18). Junta documentos (fls. 19-222).

---

<sup>110</sup>*Ibidem*, pg. 32.

<sup>111</sup>*Ibidem*.

O Desembargador-Plantonista indeferiu o pedido liminar (fl. 224).

A agravante apresentou embargos de declaração (fls. 226-9).

A Juíza da Infância e da Juventude prestou informações voluntariamente (fls. 231-2).

O Desembargador-Plantonista não conheceu os aclaratórios (fl. 252 v.).

Os agravados ofertaram contra-razões, pugnando pelo desprovemento do recurso e que a agravante seja condenada por litigância de má-fé (fls. 255-62).

O Procurador de Justiça opinou pelo conhecimento e desprovemento do agravo, condenando a recorrente às penas da litigância de má-fé (fls. 419-24).

É o relatório.

No voto, a desembargadora aludiu ao relatório elaborado pela assistente social feito com a menor, o qual descreve a visita à casa dos avós paternos e também das atitudes da genitora para com a filha. A criança agia de uma maneira quando estava somente com a assistente social e de outra quando estava diante da mãe. O relatório transcreve o acompanhamento integral da viagem de Santa Vitória do Palmar até Pelotas, onde encontra-se a casa dos avós<sup>112</sup>.

A assistente social descobriu que a criança amava o pai e os avós, contudo, perante a mãe, não podia dizer isso por medo de sofrer algum castigo dela. Devido a essas e outras razões, foi constatada a Síndrome de Alienação Parental, tendo, conseqüentemente, sido negado o agravo<sup>113</sup>:

Conforme verificado nos autos, a menina está totalmente adaptada à família paterna, e, permanecendo a avó com a guarda se estará zelando para que possa a infante desenvolver-se de forma sadia, sem a probabilidade de que ocorram maiores danos psicológicos em sua formação, evitando assim uma maior deterioração psíquica, para que, não se concretize o que alerta a diligente Assistente Social, e possa futuramente tornar-se uma *adulta provavelmente insegura, falsa e fria* (fl 404).

Assim, em decorrência das temerosas atitudes apresentadas pela genitora na condição de guardiã, e em atenção ao princípio do melhor interesse da criança, mostra-se razoável que, por ora, a guarda seja mantida com a avó paterna, conforme decidido pelo juízo *a quo*.

Nestes termos, nega-se provimento ao agravo.

---

<sup>112</sup>*Ibidem*, pg. 33.

<sup>113</sup>*Ibidem*.

**DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS** - De acordo.

**DES. RICARDO RAUPP RUSCHEL** - De acordo.

**DESA. MARIA BERENICE DIAS** - Presidente - Agravo de Instrumento nº 70014814479, Comarca de Santa Vitória do Palmar: "NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME"

Julgador(a) de 1º Grau: CRISTINA NOZARI GARCIA.

O último julgado consiste na Apelação nº 70017390972, da Comarca de Santa Maria, cujo litígio envolveu a guarda de uma criança entre o pai e os avós maternos e cujo apelo foi negado:

APELAÇÃO CÍVEL. MÃE FALECIDA. GUARDA DISPUTADA PELO PAI E AVÓS MATERNOS. SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL DESENCADEADA PELOS AVÓS. DEFERIMENTO DA GUARDA AO PAI. 1. Não merece reparos a sentença que, após o falecimento da mãe, deferiu a guarda da criança ao pai, que demonstra reunir todas as condições necessárias para proporcionar a filha um ambiente familiar com amor e limites, necessários ao seu saudável crescimento. 2. A tentativa de invalidar a figura paterna, geradora da síndrome de alienação parental, só milita em desfavor da criança e pode ensejar, caso persista, suspensão das visitas ao avós, a ser postulada em processo próprio. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70017390972, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 13/06/2007).

O relatório foi elaborado pelo desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, que expõe tratar-se de um recurso interposto pelos avós maternos, visto que não se conformaram com a sentença que concedeu a guarda da neta para o pai. Os avós defenderam que este nunca se interessou pela filha e que ele era o culpado pela morte da mãe ao provocar o infarto dela, quando decidiu disputar a guarda da menina<sup>114</sup>:

Trata-se de recurso de apelação interposto por ATAÍDES S. e MARIA O. P. S., irredimidos com sentença que, julgando conjuntamente dois processos em que contendiam com EDER A. L. pela guarda da infante VICTÓRIA C. (10 anos de idade), deferiu a guarda da menina ao pai. Sustentam que (1) cuidaram da neta antes mesmo do seu nascimento, acompanharam a gestação, os primeiros passos e as primeiras palavras, sentindo-se aniquilados com a sentença que lhes negou a guarda da menina; (2) jamais negaram ao pai o direito de ver a filha, mesmo que a tenha renegado enquanto estava na barriga da mãe e descurado nos seus cuidados, quando com ela esteve, de mesma forma que fez com o irmão da menina,

---

<sup>114</sup>*Ibidem*, pg. 34.

que veio a falecer, conforme provado da instrução; (3) se o apelado realmente amasse a filha, não teria incomodado tanto a mãe, a ponto de lhe provocar um infarto, temendo que ele lhe tomasse a guarda; (4) clamam pelo bom senso e pelo respeito à vontade da criança, que deseja permanecer com os avós; (5) não é a psicóloga ou a assistente social, pessoas que mal a conhecem, que vão saber o que é melhor para menina; (6) é o apelado quem demonstra obsessão pela guarda da menina, movido por interesses materiais; (7) a menor prefere ficar com avós, pois se sente mais segura com eles, com quem esteve desde o nascimento; (8) foi o apelado que provocou a animosidade entre as partes, com a sua insistência, sua intemperança e sua irresponsabilidade; (9) todos os testemunhos desabonam a conduta do pai, diferentemente do que concluiu a sentença, que acabou por valorizar somente o depoimento do conselheiro tutelar, justamente favorecendo o apelado; (10) o parecer do MP culpa somente os apelantes pelas pressões psicológicas que a menina vem sofrendo, prevendo que ela poderá ter problemas na adolescência, quando na verdade os apelantes sabem que maiores problemas terá ela com um pai irresponsável, desleixado, interesseiro, que quer demonstrar que tem força bastante para ganhar sua guarda “no braço”; (11) VICTÓRIA está com 10 anos e já pode decidir com quem quer ficar e sua vontade deve ser respeitada, como determina o ECA; (12) a menina foi ouvida apenas uma vez no processo; (13) se é tão bom para a menina ficar com o pai, porque estabelecer um período de adaptação (?); (14) o processo não foi bem conduzido, pois várias testemunhas poderiam ter sido ouvidas. Pedem provimento, inclusive com suspensão liminar da antecipação de tutela concedida em sentença.

Houve resposta.

O Ministério Público opinou pelo conhecimento e não-provimento do apelo.

O apelado peticionou requerendo expedição de ofício ao seu empregador para suspensão do desconto em folha dos alimentos prestados à filha, já sob sua guarda, obtendo deferimento.

Novamente comparece aos autos o apelado, relatando fatos novos, juntando laudo psicológico e pedido a suspensão das visitas aos avós, pretensão que restou indeferida.

Regularmente intimados, os apelantes permaneceram silentes quanto ao teor da petição e dos documentos trazidos aos autos pelo apelado.

Em nova vista o MP reitera parecer anterior e opina, em acréscimo, pela restrição das visitas dos avós.

Foi atendido o disposto nos art. 549, 551 e 552 do CPC.

É o relatório.

No voto, o desembargador apresenta os seus motivos para negar o apelo. Alega que os avós veem na neta uma maneira de diminuir a dor do falecimento precoce da filha, e, conseqüentemente, afastaram o pai, gerando um ambiente agressivo. Para fundamentar o seu

voto, ele menciona a SAP, que já havia sido constatada no laudo e esclarece os problemas e os resultados que advirão para a criança<sup>115</sup>:

Não merece qualquer censura a condução da instrução processual. Os apelantes tiveram oportunidade de arrolar testemunhas, e assim o fizeram. Não podem imputar à magistrada o ônus probatório que lhes competia.

Aliás, pela condução irrepreensível do processo e pelo brilhantismo da sentença prolatada nestes autos, proponho seja encaminhado ao Conselho da Magistratura voto de louvor à magistrada RAQUEL M. C. A. SCHUCH

Nesses termos, nego provimento ao apelo, mantendo a sentença nos seus exatos termos e pelos seus próprios fundamentos, os quais invoco também como razões de decidir.

**DES. SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES (REVISOR)** - De acordo.

**DES. RICARDO RAUPP RUSCHEL** - De acordo.

**DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS** - Presidente - Apelação Cível nº 70017390972, Comarca de Santa Maria: "NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME."

Julgador(a) de 1º Grau: RAQUEL M C ALVAREZ SCHUCH.

Após todas essas jurisprudências e relatos, é importante ressaltar que, apesar de ter sido afirmada anteriormente a séria deficiência de comprovação científica da Síndrome de Alienação Parental, esses casos práticos aqui transcritos revelam claramente a ocorrência de um grave fenômeno em situações de litígio pela guarda de crianças. Portanto, o mesmo merece ser tratado com o devido cuidado pelos profissionais da Psicologia e da Psiquiatria, os únicos capacitados para realmente descobrir que fato é este que tanto afeta a saúde mental de crianças e adolescentes envolvidos nesses contextos.

---

<sup>115</sup>*Ibidem*, pg. 35.

## CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar a adequação científica da Síndrome de Alienação Parental.

Ao longo do estudo, foi possível realizar os seguintes apontamentos:

1. Como conceituou Richard Gardner, a Síndrome de Alienação Parental é um distúrbio psiquiátrico que acomete crianças e adolescentes inseridos no contexto de disputas familiares – mormente quando sucede o divórcio ou a separação do casal. Entretanto, é comum que ela seja acompanhada de outros distúrbios, como a Síndrome de Falsas Memórias, e que ocorra em outras situações além da dissolução conjugal, como no momento de registro do nascimento ou praticada por um terceiro que, inobstante não seja parente direto do (a) menor, detém a guarda. Ademais, viu-se que há também outra corrente, a de Darnall, que entende a Alienação Parental como Processo.
2. Ao estudar brevemente a Lei nº 12.318, de 26 de Agosto de 2010, evidenciou-se que o seu conceito de “ato de alienação parental”, presente no artigo 2º da lei, tem origem na definição proposta por Darnall. Ademais, expôs-se o rol de condutas do artigo 2º, parágrafo único, e o seu caráter exemplificativo. Por último, esmiuçou-se o artigo 5º, cujo texto prevê a realização da perícia psicológica ou biopsicossocial. Além das considerações doutrinárias, juntou-se também jurisprudência de tribunais pátrios ao texto para melhor justificar as posições defendidas.
3. Na parte final deste trabalho, elencaram-se os vários argumentos relacionáveis à adequação científica da nomenclatura proposta por Gardner. Em síntese, citou-se aqui: a frequente baixa qualidade científica dos artigos nacionais que abordam o tema da SAP; a elaboração questionável do Projeto de Lei nº 4.053/2008; os vários resultados de pesquisas e como elas desmentem as declarações de Gardner; relatos de casos feitos por profissionais e julgados de tribunais nacionais.

Após essas constatações, é possível estabelecer seguramente – apesar de bastante difundida no meio jurídico – que a Síndrome de Alienação Parental não possui sua validade científica comprovada. Consequentemente, deve ser repudiada não só pelo meio acadêmico, mas pelos tribunais também, a fim de que não se fundamentem decisões sancionatórias com base em uma falsa patologia.

Todavia, reconhece-se também que existe um grave fenômeno no contexto de litígios familiares, como se depreendeu dos relatos de casos e dos julgados colacionados anteriormente. Entretanto, como já declarado, o papel de identificar que fenômeno é este não



caberia ao jurista, o qual é um profissional dedicado ao Direito, às normas jurídicas, mas aos profissionais da saúde mental – os Psiquiatras e Psicólogos –, cujos saberes são direcionados justamente para compreender o funcionamento da psique humana e as doenças que podem atingi-la.

Desta maneira, ante a falta de cientificidade da Síndrome de Alienação Parental e a necessidade de mais pesquisas da parte dos profissionais da saúde mental sobre esse grave fato que assola famílias em litígio, é possível dizer que o conceito proposto por Richard Alan Gardner não é científico.

## ANEXO

Tabela 2993 - Processos de divórcios encerrados e concedidos, em 1ª instância, por tipo de divórcio, natureza, grupos de idade dos cônjuges na data de abertura do processo, sentença proferida, regime de bens do casamento, tipo de cônjuge e lugar da ação do processo (série encerrada)												
Variável - Número de divórcios concedidos em 1ª instância (Unidades)												
Brasil												
Sentença proferida - Total												
Regime de bens do casamento - Total												
Natureza do processo - Total												
Tipo de divórcio - Total												
Grupos de idade dos cônjuges na data da abertura do processo - Total												
Tipo de	Ano											
cônjuge	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Marido	135564	130527	150714	162244	152291	150387	136784	175712	267399	262651	247652	
Mulher	135564	130527	150714	162244	152291	150387	136784	175712	267399	262651	247652	
Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil												

## REFERÊNCIAS

A MORTE INVENTADA. Direção de Alan Minas. Produção de Daniela Vitorino. Realização de Caraminhola Produções. Roteiro: Alan Minas. Música: Clower Curtis. [s.l.]: Caraminhola Produções, 2009. (116 min.), DVD, son., color.

BRASIL, Lei nº 12.318, promulgada em 26 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm)>. Acesso em 26 de junho de 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4053, de 07 de outubro de 2008. Dispõe sobre a alienação parental. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=411011>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DARNALL, Douglas. PARENTAL ALIENATION: NOT IN THE BEST INTEREST OF THE CHILDREN. **North Dakota Law Review**, Grand Forks (North Dakota), v. 75, n. 2, p.323-364, 1999. Trimestral. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/darnal99.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

FALLER, Kathleen Coulborn. The Parental Alienation Syndrome: What is it and What Data Support it?. **Child Maltreatment**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.100-115, maio 1998. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1077559598003002005>.

FERMANN, Ilana Luiz. **Avaliações Psicológicas e Decisões Judiciais em Processos de Alienação Parental**. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Cap. 1. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/7834>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FERREIRA, Cristiana Sanchez Gomes. A síndrome da alienação parental (SAP) sob a perspectiva dos regimes de guarda de menores. **Revista Jurídica: doutrina, legislação, jurisprudência**, Porto Alegre, RS, v.60, n.417, p. 9-32, jul. 2012.

FONSECA, Priscila M.P. Corrêa da. Síndrome de alienação parental. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v.8, n.40, p. 05-16, mar. 2007.

GARDNER, Richard Alan. **Definition of the Parental Alienation Syndrome**. [199-?]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard99b.htm>>. Acesso em: 21 maio 2018.

GARDNER, Richard Alan. Differentiating between parental alienation syndrome and bona fide abuse-neglect. **The American Journal Of Family Therapy**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.97-107, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr99.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GARDNER, Richard Alan. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?**2002. Tradução para o português por Rita Rafaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 26 maio 2018.

GARDNER, Richard Alan. **THE PARENTAL ALIENATION SYNDROME AND "PARENTAL ALIENATION"**. [199-?]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard99j.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GOLDRAJCH, Danielle; MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. A alienação parental e a reconstrução dos vínculos parentais: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 08, n. 37, p.05-26, set. 2006.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Síndrome da alienação parental. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.15, n.80, p. 118-149, nov. 2013.

MENDES, Josimar Antônio de Alcântara et al. PUBLICAÇÕES PSICOJURÍDICAS SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA EM PORTUGUÊS. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.161-174, 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/psicolestud.v21i1.29704>.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 727 p. (Volume V). Revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira.

SARMET, Yvanna Aires Gadelha. Os filhos de Medeia e a Síndrome da Alienação Parental. **Psicologia Usp**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.482-491, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

SOMA, Sheila Maria Prado et al. A ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL: UMA REVISÃO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 21, n. 3, p.377-388, 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/psicolestud.v21i3.30146>.

SOUSA, Analícia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 31, n. 2, p.268-283, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932011000200006>.

VELLY, Ana Maria Frota. A síndrome de alienação parental: uma visão jurídica e psicológica. **Revista Síntese Direito de Família**, Porto Alegre, v.12, n. 62, p. 23-39, nov. 2010.

WAQUIM, Bruna Barbieri. Alienação parental: entre o direito e a psicologia. **Revista dos Tribunais (São Paulo)**, São Paulo, SP, v.103, n.939 , p. 65-77, jan. 2014.